

**Fórum de discussão na web e violência urbana:
estudo de caso por meio da análise do discurso
do sujeito coletivo**

Adriana Galvão Medina

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Saúde
Pública da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Serviços
de Saúde

Orientador: Prof. Dr. Fernando
Lefèvre



São Paulo

2005

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos fotocopiadores.

Assinatura:

Data:

466 32/2005 doc

Dedico essa tese aos meus pais, Dora Galvão Medina e Clodoaldo Medina, por acreditarem que somos os responsáveis pelas mudanças no mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à compreensão e paciência de meus filhos, Gabriel e Júlia, ao Guilherme, por seu apoio, ao meu orientador, Fernando Lefevre por sua dedicação e entusiasmo e Rogério da Costa, por suas dicas.

Agradeço também à Dora, Michael, Ana Lefevre, Daisy, Laís, Rosângela, Vladimir, Elaine, equipe do MIS e Rede Mulher de Educação, pela solidariedade.

E aos amigos e amigas, todos.

Resumo

Medina AG. **Fórum de discussão na web e violência urbana: estudo de caso por meio da análise do discurso do sujeito coletivo.** São Paulo; 2005. (Tese de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP)

Objetivo: analisar a representação social da violência utilizando um fórum de discussão da Internet, criado a partir de um comentário da apresentadora de TV, Hebe Camargo, sobre o homicídio de um casal de adolescentes em novembro de 2003. O fórum foi criado pelo provedor UOL (www.uol.com.br) e contém depoimentos de internautas sobre o comentário de Hebe Camargo, a violência urbana e a redução da maioridade penal - já que Xampinha, um dos assassinos, tem 16 anos. O conjunto dos depoimentos desses fóruns, fornece um rico material para analisar temas atuais da sociedade, como a violência urbana, contando com a rapidez e amplitude da internet. **Método:** a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo será utilizada para analisar o discurso da violência presente no fórum. **Conclusão:** por meio da metodologia, é possível analisar a representação social que descreve o pensamento da coletividade. A violência urbana, uma questão de saúde pública, é um dos desafios da hiper modernidade, por isso, as formas que uma coletividade pensa, age e responde à ela nos dão subsídios para melhor compreender essa sociedade e propor soluções.

Descritores: Violência urbana. Saúde Pública. Internet.

Summary

Medina AG. **Web discussion forum and urban violence: an analysis of the discourse of the collective subject (Fórum de discussão na web e violência urbana: estudo de caso por meio da análise do discurso do sujeito coletivo)**. São Paulo; 2005. (Master's Thesis – Faculdade de Saúde Pública of USP)

Objective: To analyse the social representation of violence through an Internet discussion forum. The Internet forum was created following a comment made by Brazilian television presenter Hebe Camargo, after the homicide of an adolescent couple in Brazil in November of 2003. The forum was established by the Internet provider UOL (www.uol.com.br) and includes the opinions of users on the comment made by Hebe Camargo, on urban violence and on a reduction of the age at which minors can be tried and detained as adults. One of the assassins of the couple, Xampinha, was 16 years-old at the time that he committed the crime. The opinions made provide for rich material for an analysis of current events in Brazilian society, such as urban violence, especially when taking into account the speed and amplitude of the Internet. **Method:** The methodology of the Discourse of the Collective Subject will be used to analyse the discourse on violence present in the forum. **Conclusion:** Through the methodology, it is possible to analyse the social representation that describes collective thought. Urban violence, a question of public health, is one of the challenges of hyper modernity. As such, the ways in which the collective thinks, acts and responds to urban violence provide us with the means to better understand our society and to propose solutions.

Describers: Urban violence. Public health. Internet.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Descrição do caso estudado	10
2. METODOLOGIA	20
2.1. Apresentação do Método	20
2.2. Resultados quantitativos	25
3. COMENTÁRIOS DOS DISCURSOS	27
3.1. Texto explicativo	27
3.2. Comentários	31
3.2.1. Individualização das responsabilidades	31
3.2.2. Justa redistribuição das responsabilidades	35
4. ALGUMAS CONCLUSÕES	40
5. REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	
Anexo 1 – Íntegra dos discursos	A1
Anexo 2 – Programa Qualiquantisoft	A35

1. INTRODUÇÃO

O pensamento de uma coletividade é um conjunto ou estoque de representações presentes numa dada formação sócio-cultural, num dado momento histórico, do qual as pessoas que vivem nessa sociedade e nessa cultura lançam mão para se comunicarem (...) (LEFEVRE, 2000).

A internet, hoje em dia, tem cumprido algumas funções de comunicação pessoal, entre elas, a de ser um espaço para discussões, debates, onde a população tem condições de expressar livremente suas opiniões, não importando a localização geográfica dos internautas.

Essa pesquisa utilizará um Fórum de Discussão da Internet para analisar a representação social da violência urbana em nossa sociedade. O fórum a ser analisado foi criado a partir de um comentário de uma apresentadora de TV, Hebe Camargo, a propósito do homicídio de um casal de adolescentes, em novembro de 2003.

Felipe Silva Caffé, de 19 anos e Liana Friedenbach, de 15, que estudavam no Colégio São Luís, um dos mais tradicionais de São Paulo, foram mortos em Embu Guaçu, a cerca de 50 km de São Paulo. A jovem permaneceu nas mãos de criminosos por quatro dias antes de ser assassinada com mais de 15 facadas e Felipe foi assassinado com um tiro na nuca, dois dias após o seqüestro que sofreram no acampamento de fim de semana.

Outro adolescente, de 16 anos, confessou sua participação no crime, contando que, junto com um caçador chamado Pernambuco, ao avistarem o casal na mata, resolveram assaltá-los e os levaram para uma casa abandonada, nas redondezas, onde havia uma terceira pessoa, Aguinaldo.

O adolescente que cometeu o ato infracional¹ tem 16 anos, chama-se Xampinha (apelido) e sua participação no crime² reacendeu a discussão sobre a redução da maioridade penal para 16 anos. O debate se estendeu a todas as esferas, no país e na mídia. Alguns setores ligados à Igreja Católica e ao Judiciário se manifestaram favoráveis ao início do debate.

O pai de Liana, Ari Friedenbach, disse estar disposto a liderar uma campanha pela punição do infrator: "Independentemente da idade dele, defendo que quem cometeu um crime tem que cumprir pena, em qualquer idade" (**Folha de São Paulo**, caderno Cotidiano, 15/11/2003)³.

O episódio provocou uma série de matérias em jornais, revistas, rádios, programas de TV e depoimentos de formadores de opinião e autoridades a respeito deste assunto. A apresentadora Hebe Camargo, do SBT, disse ao vivo, em seu programa semanal, às segundas-feiras, dia 17/11/2003, que tinha vontade de matar o Xampinha:

¹ Para o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, os adolescentes que cometem "homicídio", cometem "ato infracional" e estão sujeitos às medidas sócio-educativas.

² É considerado crime, pois foi praticado por pessoas maiores de 18 anos, além do Xampinha.

³ Atualmente há, na Câmara, 15 projetos propondo a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

Ele é tão monstro que fez o delegado chorar (...) Ai, se eu pudesse fazer uma entrevista com o Xampinha (...) - afirmou Hebe durante o programa. Ele iria virar lingüiça (...) Viu Xampinha? Eu vou fazer uma entrevista com você, vou mesmo. Se me deixarem, eu vou, mas vou armada. Eu saio de lá e vou para a cadeia. Mas ele não fica vivo (Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 18/11/2003).

Participavam do programa o pai de Liana, Ari Friedenbach e a mãe de Felipe, Lenice Silva Caffé.

Na Internet, o provedor **UOL** criou um fórum de debates: **www.uol.com.br/fórum** para que pessoas de diversos locais pudessem expressar seus sentimentos e pensamentos a respeito do assunto, mais especificamente a respeito da declaração de Hebe Camargo em seu programa.

Um computador e uma conexão telefônica oferecem acesso imediato a quase todas as informações do mundo. Esta verdadeira torrente informacional nada discrimina. Há de tudo na Internet, do essencial para a constituição de novas práticas sociais, aos sites sobre sexo, pornografia e pedofilia. Como os demais espaços de manifestação cultural, o ciberespaço é um local que abriga as mais variadas formas de vida presentes em nossa sociedade. É um retrato da atualidade, onde todas as coisas e pessoas estão interligadas, interconectadas.

As mudanças advindas dessa interconexão se dão em todas as esferas de nossa cultura. O imaginário coletivo criado pelas novas tecnologias carrega consigo a meta da oferta infinita. Cria-se o mito de que tudo que quisermos está ao alcance de nossas mãos, bastando um clique no mouse.

Temos visto o quanto tem aumentado seu uso para encontros, namoros, fóruns de discussão dos temas mais variados possíveis: cultura, cinema, sexo, amor, atualidade, televisão, entre outros. Os canais de televisão têm se utilizado desse instrumento para testar suas audiências e proporcionar aos telespectadores a oportunidade de opinarem em vários programas. “As pessoas estão usando a Internet como extensão de sua experiência costumeira com a programação televisiva” (COSTA, 2002).

Podemos citar, por exemplo, os *Reality Shows*, como **Big Brother**, que apelam à participação dos telespectadores para a escolha, por votação via telefone e Internet, de quais dos participantes irão permanecer ou não no programa. O número de telespectadores, de internautas e de mensagens aumenta muito quando os sites oferecem recursos interativos.

O importante para os participantes é estar em contato direto, votando, expressando opiniões, participando e sendo incluídos na comunidade dos internautas, compartilhando as opiniões e desejos dos outros, sem que haja a necessidade de estarem fisicamente ligados. Fóruns de discussão criados por

provedores como a **UOL**, possibilitam essa troca de informações e opiniões de temas e fatos que acabaram de acontecer.

A partir destes fóruns é possível, portanto, extrair material para a análise das Representações Sociais de uma coletividade de maneira ágil e rápida, garantindo um dos fatores essenciais para essa análise, a espontaneidade.

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para poder compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo (JODELET, 2001).

Não existe sociedade sem representação social; as sociedades funcionam porque são permeadas por ela. Um grupo social se entende porque compartilha a mesma língua, as mesmas idéias e atitudes. É por meio da representação social que podemos descrever o pensamento da coletividade, ela circula nos discursos e na mídia. Estas representações podem ser descritas como discursos socialmente compartilhados.

As representações sociais são traduzidas em leis e regras, normatizadas na estrutura legal e nos dão um sentido de coesão, de uma realidade comum.

Geralmente, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001).

A Internet e os Fóruns de Discussão nos permitem extrair material para a elaboração dos Discursos do Sujeito Coletivo, coletando os discursos dos sujeitos sociais (LEFEVRE, 2000).

A abertura de um canal de comunicação na Internet, por meio da criação de um fórum de discussões a respeito de um tema atual de violência urbana, nos pode fornecer material para entendermos de que maneira a sociedade responde, pensa e sente sobre questões onde o fator emocional é tão visível, que nos revela atitudes e crenças.

Enfim, a Internet pode ser uma fonte para analisar a representação social da violência e o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, fornece a ferramenta para essa análise, colaborando, dessa forma, para encontrar soluções para combater esse problema da Saúde Pública: “Estamos presenciando um aumento da violência urbana no Brasil, temos uma taxa anual de 26 homicídios por 100 mil habitantes” (ALMEIDA; PINHEIRO, 2003); inúmeros pensadores, pesquisadores de todas as

áreas, tentam justificar as causas deste aumento e sempre a desigualdade entre as classes sócio-econômicas é citada, ao lado de uma série de fatores históricos de nosso país, como escravidão, ditadura, entre outros, que a traduzem.

Atualmente, o tráfico de drogas tem sido apontado como um dos principais responsáveis pelo aumento da violência, afirmando-se que o crime organizado vem tomando o espaço do Estado legal em regiões específicas de diversas capitais do Brasil.

Os adolescentes e jovens adultos, especialmente os da periferia, constituem um grupo suscetível, exposto ao crime, uma vez que são pouco escolarizados e não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba, as taxas de homicídio alcançaram nível epidêmico em certas comunidades e as áreas com as maiores taxas são também aquelas com os mais baixos níveis socioeconômicos (ALMEIDA; PINHEIRO, 2003).

A morte deste casal de adolescentes, de classe média, provocada por outro adolescente, da periferia, revelou dois mundos, duas realidades e chocou a população, mais acostumada a aceitar o fato de que quem morre, frequentemente, são os adolescentes da periferia.

Neste e nos outros casos, em que os criminosos têm idade menor que 18 anos, "os menores de idade" são encaminhados a casas de correção, como a FEBEM - Fundação Para o Bem-Estar do Menor de São Paulo, locais em que, teoricamente, deveriam receber apoio psicológico e recursos educacionais que os reconduzisse ao comportamento socialmente aceitável. Porém, essa recuperação não acontece.

Por outro lado, os sistemas judiciário e carcerário, responsáveis pela correção dos infratores maiores de idade, não estão se mostrando capazes de regenerar os criminosos, ou, muito pelo contrário, as prisões e delegacias são locais onde a violência e a tortura prevalecem, tanto por parte dos detentos quanto da própria polícia.

Para combater tal situação, é necessário promover discussões sobre as leis, sobre os sistemas judiciário e carcerário, debates sobre a violência, divulgação de dados de pesquisa para o esclarecimento da população e evitar senso comum, como a presença de adolescentes nos crimes como destaque para as formas da violência.

Uma reportagem do Caderno Cotidiano da **Folha de São Paulo**, do dia 1º de janeiro de 2004, divulga uma estatística feita pelo IBGE, sobre o período de janeiro a outubro de 2003, revelando que, numericamente, há pequena participação de menores de 18 anos na autoria de crimes graves em São Paulo.

Assim, a discussão a respeito da redução da maioria penal, que faria com que os menores infratores fossem recolhidos às prisões e não mais às casas educacionais, recebeu novos argumentos, como o de que esta redução de idade para responsabilização criminal pode ter um pequeno impacto na redução da violência.

Nosso objetivo, portanto, será o de avaliar esta discussão, em todos os seus aspectos, utilizando o material coletado no Fórum de Discussão da Internet e trabalhado com o método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo.

Com o propósito de alcançar esse objetivo, propomos três objetivos específicos:

1. Análise do poder da internet em proporcionar, de forma ampla, discussões sobre temas pertinentes à atualidade;
2. Análise da violência e sua representação social;
3. Análise do Discurso da Violência presente no fórum da internet.

Do ponto de vista metodológico, utilizaremos a abordagem qualitativa, buscando, através da perspectiva histórica, apreender o caráter complexo dos fenômenos. A pesquisa qualitativa busca a representatividade.

Para a pesquisa proposta, o material será extraído deste fórum e trabalhado segundo a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE, 2000)⁴, com o objetivo de que os resultados forneçam subsídios para uma análise da representação social da violência em nossa sociedade.

Em um primeiro momento, fizemos um levantamento bibliográfico das publicações e estudos sobre Internet, Violência e Representação Social.

Num segundo momento, analisamos os discursos dos internautas que participaram do Fórum de Discussão, do Site UOL, a respeito da fala da apresentadora Hebe Camargo.

Para a tabulação dos dados da pesquisa qualitativa, utilizamos a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE *et al* in www.fsp.usp.br/quali-saude, novembro de 2001). Essa técnica possibilita o levantamento de uma idéia central que revela e descreve, de maneira mais sintética e precisa, o sentido do discurso, mostrando a essência do conteúdo das representações sociais.

1.1. Descrição do caso estudado

Como dito anteriormente, esse homicídio aconteceu em novembro de 2004, em Embu Guaçu: foram mortos Felipe Silva Caffé, de 19 anos e Liana

⁴ O Discurso do Sujeito Coletivo é um conjunto de procedimentos metodológicos visando organizar material verbal de representações sociais existentes numa dada comunidade sob a forma de discurso-síntese que expresse estas representações.

Friedenbach, de 15, que estudavam no Colégio São Luís, um dos mais tradicionais de São Paulo. O adolescente que cometeu o ato infracional tem 16 anos e é conhecido como Xampinha.

Esse caso deflagrou questões importantes que demonstram o que pensam os brasileiros a propósito da violência urbana.

Além de ser um crime praticado por um adolescente que cotidianamente é vítima da violência, os adolescentes mortos são brancos, filhos de classe média e estudavam em um colégio particular, fugindo das estatísticas que apontam para o perfil das vítimas como “a maioria do sexo masculino, negra e 80% na idade de 15 a 17 anos” (ADORNO, 1999).

Uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência – NEV, da USP, demonstra que só no Estado de São Paulo, no ano de 1990, foram identificados 994 casos de crianças e adolescentes assassinados, confirmando que a maioria pertence ao sexo masculino, é negra e 80% tem idade entre 15 e 17 anos, moradora de bairros de periferia da cidade e da grande São Paulo. Tal pesquisa aponta para o fato dos jovens não serem mais violentos que a população em geral, chamando a atenção para a necessidade de se discutir mais profundamente a questão da violência na juventude (ADORNO, 1999):

Hoje, a faixa etária com maior risco de ser vítima da violência é aquela situada entre os 15 e 24 anos de idade, sendo o homicídio a primeira causa de mortalidade desses jovens (...) Os

estudos revelam que essa epidemia não é democrática. Em todos os países estudados, atinge jovens pobres, do sexo masculino, não brancos e moradores em áreas pobres, carentes de infra-estrutura e de empregos.

Uma pesquisa recentemente divulgada pela UNESCO (2002) no Brasil mostra que, em 2002, a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população.

A situação do jovem como vítima da violência é muito mais alarmante do que o jovem que está cometendo um ato infracional; entretanto, não condiz com o que vemos e assistimos nos meios de comunicação, veiculando o jovem como ladrão, agressor e assassino.

As estatísticas reforçam a concepção do jovem problema, apresentado em pesquisas e estatísticas como autor da violência, de vandalismo e principal consumidor de drogas.

Como esse caso teve uma ampla cobertura na imprensa e foi explorado por Hebe Camargo em seu programa, suscitou, entre os discursos, um questionamento a respeito do papel da mídia.

Ao analisarmos a influência que a mídia exerce sobre os jovens, podemos constatar que é muito mais voltada para o consumo de bens do que para a informação. A necessidade de consumo é um dos fatores responsáveis pela

violência, uma vez que para conseguir tais bens, a juventude empobrecida, por falta de alternativas de trabalho, passa a entrar no mundo da criminalidade.

Luis Eduardo Soares, no livro **Cabeça de Porco**, descreve a adolescência para os jovens que estão envolvidos com o tráfico:

Numa direção ou noutra, a identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas. A construção de si é bem mais difícil que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser diferente-igual-aos-outros, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens - o que também varia, é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. Aquilo que na cultura hip-hop se chama *atitude* talvez seja a síntese de uma estética e de uma ética que se combinam de modo muito próprio na construção da pessoa (ATHAYDE, MV BILL, SOARES, 2005).

A mídia passa a imagem de dois estereótipos de jovens: um jovem da novela **Malhação**, da Rede Globo⁵, que não usa drogas, tem um corpo moldado pela academia, não bebe, não fuma e usa roupas de grife e o outro jovem, que

⁵ Novela da Rede Globo que passa no horário das 18h, voltada ao público adolescente e onde a maioria dos atores é jovem, bonita e rica.

aparece nos noticiários e nos programas de crimes, o marginal, negro, morador da periferia e usuário de drogas. Se a mídia cumprisse seu papel de informação e revelasse as pesquisas sobre a violência, promovendo debates com especialistas, muitos equívocos poderiam ser evitados.

Apesar do montante dos crimes praticados por menores significar apenas 1% do total dos homicídios, 84% da população é a favor da diminuição da maioridade penal; no entanto, essa redução vai ter um impacto muito pequeno no combate à violência (Caderno Cotidiano da **Folha de São Paulo**, do dia 1º de janeiro de 2004).

Como podemos notar no conteúdo desse discurso (Discurso Sujeito Coletivo B, Anexo):

Aqueles que cometem crimes hediondos têm que pagar para o resto de suas vidas, devemos abaixar a maioridade para 14 anos, pois os piores crimes, são jovens desta idade que os cometem.

Nos Estados Unidos, em 50 Estados existe uma cláusula que autoriza que alguém, abaixo de 18 anos, pode ser julgado como adulto. A cada ano as prisões aumentam, porém “não têm efeito na reabilitação de quem lá ingressa, denunciando a ineficácia desse procedimento judicial” (MARIN, 2002).

Para os jovens envolvidos com a criminalidade, criam-se instituições de

atendimento, locais punitivos, como a FEBEM - Fundação para o Bem Estar do Menor -, em São Paulo, que tem como intuito diminuir a delinqüência juvenil e inserir o adolescente novamente na ordem social. O que se percebe, no entanto, é que são espaços de reprodução da violência, nos quais os jovens são tratados de forma desumana, vivendo em condições precárias, com medidas punitivas exacerbadas por parte dos funcionários, afirmando um mecanismo de controle e repressão social totalmente ineficaz na tentativa de reinserção social.

Segundo dados do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), a maioria dos detentos da FEBEM tem escolaridade precária e baixa renda familiar (**O Estado de São Paulo**, 31 de outubro de 1999).

Para Marin,

A Antropologia nos mostra que a adolescência é associada à violência entre inúmeros povos, em todos os continentes. Rituais iniciáticos de sociedades ditas primitivas, pela passagem da infância para a idade adulta, testemunham a necessidade do controle violento sobre a impetuosidade da puberdade; talvez por esses jovens, ao representarem “mudança”, serem vistos como portadores do risco de desorganização social. A cultura impõe sua ordem e os sujeitos devem a ela se submeter – todo ritual é uma forma de violência e pode deixar marcas corporais dolorosas que testemunham a passagem do mundo da infância para o mundo

adulto (MARIN, 2002).

Ainda segundo Marin, as imagens que são mostradas na televisão, sobre as rebeliões da FEBEM, nos fazem lembrar cenários das guerras antigas, onde os jovens eram colocados como escudos contra os estrangeiros.

Assistimos, desta maneira, um aumento progressivo da violência em nosso país e uma explosão de programas e imagens que se dedicam somente a esta temática, provocando um sentimento de insegurança e medo. Consolida-se a idéia de que o crime está crescendo e que parte dessa responsabilidade deve-se ao envolvimento de jovens no mundo do crime.

Segundo Barry Glassner (GLASSNER, 2003), a mídia está a serviço da indústria do medo em todos os países. Seu livro inspirou o documentário de Michael Moore, **Tiros em Columbine**, a respeito da Cultura do Medo, apontando para o papel da indústria bélica como responsável por espalhar o medo e aumentar o número de armas entre os cidadãos norte-americanos. **Tiros em Columbine** mostra como a mídia e o governo convocam os cidadãos americanos a se protegerem de todos esses “inimigos”. Os americanos começam a enxergar inimigos e forças ocultas em todos os lugares. Todos são suspeitos e capazes de acabar com os Estados Unidos e cada cidadão deve se defender para resguardar a moral familiar e a dignidade da América, mesmo que os “inimigos” sejam “abelhas africanas assassinas” que nunca sequer assassinaram alguém.

Segundo Glassner, os americanos estão dominados por medos super dimensionados, existem muitas pessoas e organizações que lucram com essa ansiedade coletiva e vários políticos que ganham eleições, ou por serem apoiados pela indústria bélica, ou por montarem sua plataforma no combate à violência e endurecimento das leis.

Nos EUA, apesar do número de assassinatos ter diminuído em 20% entre 1990 e 1998, o número de reportagens a respeito de assassinatos subiu 600% (GLASSNER, 2003).

“Nos Estados Unidos, onde as pessoas físicas são donas de 250 milhões de armas, cerca de 1.500 pessoas são mortas, 18 mil cometem suicídio e outras 1.500 morrem acidentalmente por causa de armas de fogo” (GLASSNER, 2003).

Para a Profª Silvia Leser de Mello, do Departamento de Psicologia da USP:

Na TV, no rádio e nos jornais, há quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Pelas imagens e pelas palavras, eles são fotografados e rotulados. Não se vêem mais pessoas. Vêem-se carentes, favelados, ladrões, menores delinqüentes, criminosos, bandidos, viciados. O papel da mídia é esclarecer sobre o ato violento. Mas ela não pode prejudicar seus atores, classificando-os e rotulando-os. Sua preocupação deveria ser a de esclarecer as raízes sociais, culturais, políticas e

econômicas que permeiam a violência nas relações sociais (**Jornal da USP**, 1999)

Hoje, a sociedade brasileira vive submersa numa Cultura do Medo, marcada por uma sensação de insegurança coletiva e individual, relacionada à violência criminal. “Essa sociedade que pleiteia menos Estado na área econômica, exige mais Estado para conter a violência, exigindo mais rigor punitivo das leis” (PASTANA, 2003).

Segundo Sérgio Adorno, do NEV: “Para resolver o problema da violência, parte dos cidadãos pede mais e maior punição, mesmo que isso se dê fora dos limites da legalidade” (ADORNO, 1999).

A Cultura do Medo reflete a crença de que vivemos um momento perigoso devido ao aumento da criminalidade violenta e a legitimação de posturas autoritárias que, de acordo com interesses políticos, são capazes de solucionar esse problema (PASTANA, 2003).

Esse medo gera uma arquitetura baseada no medo e esse fenômeno se observa em todas as cidades, não só nas capitais, com muros altos, cercas em volta das residências, sistema de segurança e alarme, crescimento das empresas privadas de vigilância, elevada quantidade de armas, entre outros (PASTANA, 2003).

Os empresários blindam os carros, põem alarmes, vídeos, portões automáticos, seguranças, enquanto o trabalhador levanta o muro, põe cacos, grades, lanças nos portões e um cão raivoso.

A Cultura do Medo serve a vários interesses econômicos, virou uma verdadeira indústria: o Brasil tornou-se o terceiro maior mercado de carros blindados, o mercado de segurança cresce 30% ao ano, no Estado de São Paulo existem 400 mil vigilantes privados, contra 120 mil policiais civis (PASTANA, 2003).

Esse medo gera uma mudança no comportamento das pessoas, as elites abandonaram o espaço público, moram em condomínios fechados, não saem mais, passaram a freqüentar os shopping centers como forma de lazer.

Segundo dados do ILANUD, o estresse e o medo influenciam na perda de qualidade de vida: 8% dos moradores de São Paulo têm armas de fogo, 27% das residências têm fechaduras especiais, 31% têm cães, 28% dos carros têm alarme, 45% evitam lugares, 49% não saem à noite, 35% acham que podem ser vítimas de assalto (PASTANA, 2003).

O trabalhador tem mais desvantagem, pois é o setor privilegiado para recrutamento da criminalidade e a principal vítima, perseguido pelo aparato repressivo punitivo e menos protegido pelo setor judiciário.

2. METODOLOGIA

2.1. Apresentação do Método

No Fórum de Discussão criado pela UOL, a partir do comentário da apresentadora Hebe Camargo a propósito do homicídio do casal de adolescentes, tínhamos, num primeiro momento, cerca de 326 depoimentos dos internautas.

Esses depoimentos continham opiniões a respeito da violência urbana, do papel da mídia, do comentário da apresentadora, das instituições carcerárias, dos políticos e também dados como nome, cidade e e-mail.

Para a análise desse material, a metodologia adotada foi a do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), metodologia desenvolvida pelo Prof. Fernando Lefevre (LEFEVRE *et all in* www.fsp.usp.br/quali-saude, novembro de 2001), com suporte do software *qualiquantisoft*, disponível em www.spi-net.com.br.

O DSC é um conjunto de metodologias que visa organizar o material verbal de representações sociais existentes numa dada comunidade, sob a forma de discursos-síntese que expressam estas representações. É uma reunião do discurso de vários sujeitos que têm a mesma idéia. A análise dos dados obtidos será feita por meio do levantamento da seguinte seqüência de figuras metodológicas (LEFEVRE & LEFEVRE, 2003):

1. Expressões-chave: transcrições literais do discurso que revelam a essência do depoimento ou conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento;

2. Idéias centrais: é um nome ou expressão lingüística que revela ou descreve o sentido de cada discurso analisado;

3. Ancoragem: a manifestação lingüística de uma determinada teoria, hipótese, conceito, ideologia que, no inconsciente do indivíduo, alicerçam o discurso. Assim, todos os discurso veiculam uma afirmação, um posicionamento do sujeito a respeito do tema que lhe está sendo perguntado.

Tal metodologia nos possibilitou entrar em contato com esse montante, seguindo determinados procedimentos e garantindo um aprofundamento maior, na medida em que íamos colocando os dados no programa.

Por meio do software, foi possível obtermos uma análise qualitativa dos discursos, que explicitaremos a seguir:

Inicialmente, colocamos os 326 discursos no programa, excluindo as identificações de endereços eletrônicos e conservando as informações de sexo e cidade e os depoimentos, na íntegra.

Com esse trabalho foi possível ter uma visão da quantidade dos depoimentos e da variedade de pontos de vista, tais como: a favor da pena de morte, apoiando a declaração de Hebe Camargo, contra a mídia, contra os políticos

e Direitos Humanos, responsabilizando a situação econômica, discursos mais cultos, menos cultos, emocionados, raivosos, com erros de gramática, gírias e palavrões.

Foi possível, portanto, extrairmos as Expressões Chave “que revelam a essência do depoimento ou mais precisamente, do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento (que, em geral, correspondem às questões de pesquisa)” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2003).

No momento seguinte, extraímos as idéias centrais; quando, em alguns casos, existiam mais de duas idéias, dividíamos os depoimentos, criando uma nova categoria, para não perdermos nenhuma informação.

Considerando cada depoimento/discurso isoladamente (por exemplo, uma resposta a uma pergunta de questionário) a idéia central é uma descrição (a mais sucinta e objetiva possível) do sentido desse discurso, sendo que um discurso pode ter mais de uma idéia central. Considerando conjuntos de discursos/depoimentos, pode-se observar que eles podem conter idéias centrais semelhantes ou complementares (...) A idéia central tem, portanto, a importante função de individualizar um dado discurso ou conjunto de discursos, descrevendo, positivamente, suas especificidades semânticas, o que permite distingui-lo de outros discursos portadores de outras especificidades semânticas (LEFEVRE & LEFEVRE, 2003).

Conseguimos obter 385 idéias centrais que delimitam o âmbito do discurso. Dividimos essas idéias em dois blocos antagônicos: um bloco a favor da pena de morte e das declarações da apresentadora e o outro, que coloca a responsabilidade da violência urbana na desigualdade social e econômica.

Essa divisão norteou nosso trabalho, possibilitando uma classificação mais apurada. Foram feitos vários recortes para, finalmente, chegarmos a uma classificação definitiva.

Pudemos, então, agrupar as idéias centrais em 15 categorias, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 1: Categorias dos Discursos

Tipo do discurso	Idéia Central
Sujeito Coletivo A	As pessoas estão impotentes, é preciso fazer alguma coisa.
Sujeito Coletivo B	Lei do Talião: quem matou tem quem morrer ou sofrer.
Sujeito Coletivo C	Contra os Direitos Humanos e o ECA, que protege os marginais.
Sujeito Coletivo D	Pelo endurecimento das leis.
Sujeito Coletivo E	Crítica às declarações da apresentadora.
Sujeito Coletivo F	Explicação social do crime e da violência.
Sujeito Coletivo G	A mídia é sensacionalista.
Sujeito Coletivo H	Explicação místico-religiosa.
Sujeito Coletivo I	Comentários excluídos por não fazerem referência ao assunto analisado.
Sujeito Coletivo J	Pena de morte como política pública de punição.
Sujeito Coletivo K	Contra o endurecimento das leis.
Sujeito Coletivo L	Apoio às declarações e ao desabafo.
Sujeito Coletivo M	Contra a pena de morte.
Sujeito Coletivo N	As pessoas precisam se proteger.
Sujeito Coletivo O	Tratamento psicológico.
Sujeito Coletivo P	Mais diálogo entre pais e filhos.

As frases semelhantes foram agrupadas e as palavras e expressões repetidas transformadas em uma só, formando um discurso com começo meio e fim, na primeira pessoa, sem perder as informações e idéias importantes.

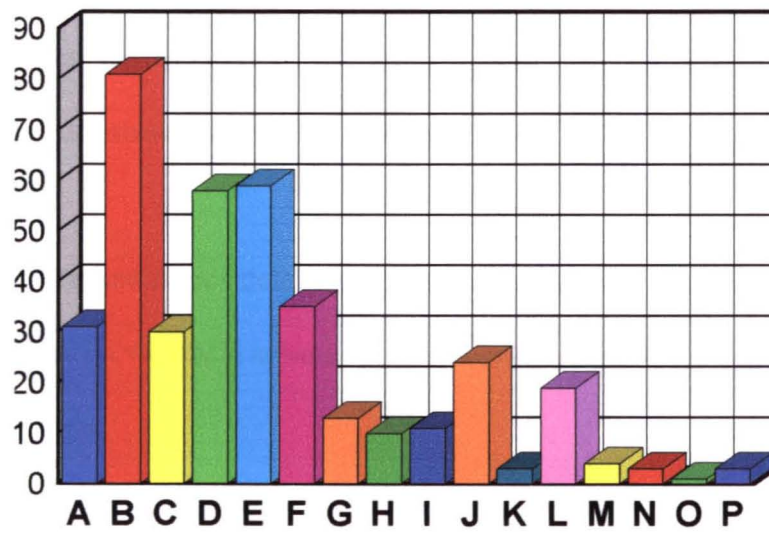
Essas etapas do trabalho permitiram uma abordagem no conteúdo dos discursos de maneira gradual e inusitada, revelando, aos poucos, as semelhanças das idéias de cada grupo; o material inicial, que parecia desconexo, com várias

idéias soltas, sem ligação entre si, tomou uma forma e um corpo, sendo possível ouvir uma só voz.

2.2. Resultados Quantitativos

Tabela 2: Respostas ao comentário da apresentadora Hebe Camargo		
Total: 385		
Tipos de respostas	Nº de respostas	% do Total
A. As pessoas estão impotentes: é preciso fazer alguma coisa.	31	8,05%
B. Lei do talião: quem matou tem que morrer ou sofrer.	81	21,04%
C. Contra os Direitos Humanos e contra o ECA, que protege os marginais.	30	7,79%
D. Pelo endurecimento das leis.	58	15,06%
E. Crítica às declarações da apresentadora.	59	15,32%
F. Explicação social do crime e da violência.	35	9,09%
G. A mídia é sensacionalista.	13	3,38%
H. Explicação místico-religiosa.	10	2,60%
I. Excluída.	11	2,86%
J. Pena de morte como política pública de punição.	24	6,23%
K. Contra o endurecimento das leis.	3	0,78%
L. Apoio às declarações e ao desabafo.	19	4,94%
M. Contra a pena de morte.	4	1,04%
N. As pessoas precisam se proteger.	3	0,78%
O. Tratamento Psicológico.	1	0,26%
P. Mais diálogo entre os pais e filhos.	3	0,78%

Gráfico 1 - Representação gráfica das respostas



3. COMENTÁRIO DOS DISCURSOS

3.1. Texto Explicativo dos Comentários

Entre os 15 discursos categorizados, escolhemos quatro para analisar, por representarem 50% do total: o discurso B, Lei do Talião, “quem matou tem que morrer ou sofrer”; 21,04%; o discurso D, pelo endurecimento das leis, 15,06%; o discurso E, crítica às declarações da apresentadora, 15,32% e o discurso F, explicação social do crime e da violência, 9,09%.

Os discursos analisados defendem essencialmente posições para minimizar e coibir o problema da violência urbana apontando, nesse sentido para uma política pública de segurança.

Observamos as opiniões dos internautas para punições mais rígidas, a favor da pena de morte e de regras mais primitivas, para um Direito Penal Simbólico, reação violenta à miséria, aos Direitos Humanos e propondo nos armar como se estivéssemos em uma guerra não declarada.

Existe uma sociedade dividida entre esse discurso mais violento e um outro, mais analítico e crítico com relação às declarações da apresentadora Hebe Camargo, de sua responsabilidade em formar a opinião das pessoas, crítica à mídia e à forma como o caso foi tratado por ela.

Ambos discursos apontam para uma discussão mais ampla para a sociedade que queremos construir. Para melhor entendê-los, iremos utilizar os conceitos de Individualização das Responsabilidades e Justa Redistribuição das Responsabilidades, que Theodomiro Dias Neto utiliza em seu livro **Segurança Urbana: o modelo da nova prevenção**.

O debate político em torno do conceito de responsabilidade no âmbito penal se move entre dois discursos fundamentais:

Um discurso enfatiza a leitura individual dos conflitos, ou seja, minimiza o peso de possíveis explicações causais (sociológicas, culturais, políticas, econômicas) que possam servir de isenção à responsabilidade individual e culmina na demanda punitiva contra indivíduos que transgridem as regras do jogo. No segundo discurso, o foco sai do indivíduo transgressor e se volta para os processos sociais que possam ter dado causa à conduta sobrepondo-se à própria vontade do autor (DIAS NETO, 2005).

Na nossa sociedade, quando existe um crime, o que normalmente acontece é a Individualização das Responsabilidades, ou seja, a responsabilidade de um ato infracional é colocada apenas no indivíduo: ele teve autonomia para decidir entre praticá-lo ou não.

Isto se deve ao fato dos conceitos de responsabilidade e liberdade serem interligados, ao responsabilizar o indivíduo da prática de tal ato, a sociedade se

isenta de sua responsabilidade, pois para toda atribuição de responsabilidade corresponde uma isenção; ou seja, o problema não está na sociedade, mas no ocorrido.

“Atribuir responsabilidade individual significa, pois, excluir o conjunto de fatores que concorreu para um ato e isolar a intenção do agente como única explicação relevante” (DIAS NETO, 2005).

Nesse discurso da Individualização das Responsabilidades, a pessoa que praticou um crime, teve a opção de praticá-lo ou não, utilizando-se de seu livre-arbítrio, mas essa noção de liberdade está muito atrelada a vários outros fatores, como o social, o psicológico, educacional, familiar, moral, entre outros.

A avaliação sobre se um ato foi resultado de livre-escolha, coação, imprudência ou do acaso será feita a partir de critérios socialmente convencionados. Toda conduta humana, qualquer que seja o juízo moral ou jurídico que dela se tenha é passível de uma “explicação”, ou seja, passível de ser inserida num contexto de relações causais (DIAS NETO, 2005).

Neste sentido, não existe um esforço da sociedade em buscar soluções para a criminalidade: “a renúncia às explicações favorece a reconstrução da imagem do “homem-lobo”. Contra esse só há um caminho: o da punição, da defesa, da exclusão, do Leviatã” (DIAS NETO, 2005).

Contrariamente a esse discurso, na Justa Redistribuição das Responsabilidades, a sociedade se esforça, de uma forma coletiva e interdisciplinar, para achar as causas da violência e combatê-las. É o que já vem sendo feito em vários países e, no Brasil, esse movimento está crescendo, com a discussão sobre Justiça Restaurativa.

Se no espaço da pena é feita uma leitura individualizada dos conflitos, é no espaço da política onde a sociedade deve confrontar-se com seus problemas e buscar soluções negociadas para os mesmos. A sociedade que não explica os seus conflitos por fora da linguagem da pena está se omitindo da reflexão acerca de suas próprias responsabilidades por tais conflitos, transferindo-as integralmente a indivíduos ou grupos isolados (DIAS NETO, 2005).

Para o autor, é fundamental a articulação pública dos dois discursos:

A decisão de atribuir responsabilidade individual não deve ser tomada sem que se pondere seus custos e que se avalie a alternativa da isenção da responsabilidade e de sua transferência para outras instancias. O desenvolvimento desse segundo discurso nasce do empenho dos cidadãos em debater os seus conflitos (DIAS NETO, 2005).

Não se trata de excluir a intervenção da justiça criminal, mas sim de utilizar, também, métodos não repressivos.

Há, por exemplo, consenso de que o controle do homicídio justifica a intervenção penal. Por outro lado, a elaboração de ações preventivas eficazes nesta área depende do esforço interdisciplinar de compreensão do homicídio enquanto fenômeno social associado a desvios nos processos de socialização, ao desemprego, à ausência de lazer, ao consumo de bebidas alcoólicas, ao porte de arma, à cultura da violência, entre outros diversos fatores (DIAS NETO, 2005).

3.2. Comentários

3.2.1. Individualização das Responsabilidades

Atualmente, o discurso da segurança pública é o da legitimação da repressão estatal, enfatizando a necessidade de fortalecimento dos poderes repressivos do Estado, como coexistência social pacífica. É a segurança por meio da luta contra a criminalidade, como se a segurança estivesse garantida quando os inimigos do Estado estiverem todos presos.

Esse discurso encontra ressonância nos discursos B – Lei do Talião e D – endurecimento das leis (ver Anexo), como podemos observar em seguida:

Discurso Sujeito Coletivo B:

Este foi mais um crime cometido por um menor e que, assim como os anteriores, também terá como conclusão o envio de um

monstro para a FEBEM. Assim, não importa o que será feito com este animal, cachorro raivoso precisa ser sacrificado.

Discurso Sujeito Coletivo D:

Chegamos ao fundo do poço, por isso vamos dar um basta nesta história mandando esses caras para o inferno logo de uma vez: pessoas que agem assim não devem ter piedade, devem morrer como sua vítima.

A exteriorização do medo nas formas de escalada da demanda punitiva (mais penas, mais prisão, mais polícia) ou de privatização das instâncias de controle e prevenção criminal, evidenciam a importância de ações específicas orientadas à gestão de reação social ao crime.

Em vários discursos, é possível identificar o sentimento de medo e da necessidade de nos proteger contra os outros:

Uma grande parte da sociedade esta sendo hipocritamente inocente, pois acreditam em Deus sem acreditar no diabo. Os pais levam os filhos para passeatas do desarmamento sabendo que os bandidos não vão se desarmar. Os Xampinhas da vida vão sempre arrumar uma espingarda. O que os pais têm que fazer é preparar os filhos para a dura realidade da vida, ensinado-os a respeitar os direitos das outras pessoas, serem corretos nos seus negócios, educados, mas também, se for preciso saber “ripar” pessoas como estes Xampinhas.

A sociedade aterrorizada quer mais rigor punitivo, penas severas, como podemos verificar nesse depoimento:

Este foi mais um crime cometido por um menor e que, assim como os anteriores, também terá como conclusão o envio de um monstro para a FEBEM. Assim, não importa o que será feito com este animal, cachorro raivoso precisa ser sacrificado. Chegamos ao fundo do poço, por isso vamos dar um basta nesta história mandando esses caras para o inferno logo de uma vez: pessoas que agem assim não devem ter piedade, devem morrer como sua vítima.

Os discursos apontam para o Direito Penal Simbólico, ou seja, matou, tem que morrer, roubou, corta a mão, são as leis do talião: “pena de morte e olho por olho, dente por dente”:

O Brasil precisa ter uma punição a altura da agressão, roubou, corta o dedo. Roubou de novo? Corta outro dedo. Estuprou? Capa com tesoura cega pra sentir muita dor. Matou? Morre também. Olho por olho - dente por dente: quem matou, morre, quem violentou, é violentado.

De fato, essas bestas feras não têm recuperação, deveriam morrer da pior forma possível e não ficar presos comendo às nossas custas na cadeia, daqui a pouco este crime se dá por esquecido e eles ficam apenas descansando na maior mordomia

atrás das grades. Este m... ficará apenas três anos na cadeia, por isso melhor seria exterminar este mal pela raiz.

O Direito Penal é visto como poder protetor e o código penal, a polícia, justiça, sistema de penas, são vistos como instituições de disciplinamento. Portanto, sendo o Direito Penal somente um dos instrumentos (e de eficácia limitada) de que a sociedade dispõe para o enfrentamento de situações problemáticas, cabe questionar as razões para o uso inflacionário que dele vem sendo feito nos últimos anos.

No discurso D, apontando para o endurecimento das leis, esse questionamento é expresso, porém no sentido contrário, ou seja, pedindo ainda mais rigidez:

É impossível que o Brasil continue a ter um código civil e um código de proteção aos menores de idade tão arcaicos assim. Se alguém pode votar e dirigir aos dezesseis anos, essa pessoa também tem uma clareza intelectual para cometer crimes diabólicos. Caso não houver uma diminuição da idade penal, é preciso que haja uma modificação completa no regime da FEBEM. É um absurdo que pessoas que cometeram crimes tão violentos como o assassinato de Liana Friedenbach e de Felipe Café, fiquem apenas três anos presos e depois saiam com a ficha limpa.

3.2.2. Justa Redistribuição das Responsabilidades

Os discursos E – Crítica às declarações da apresentadora e F – Explicação social do crime e da violência, apontam para uma nova forma de solução da violência.

Hoje em dia, está em questão não somente a justa distribuição de rendas, mas também a correta distribuição de responsabilidades.

Segundo o autor,

A justa distribuição das responsabilidades sociais passa pela justa distribuição dos recursos sociais necessários ao exercício real, não meramente formal, da autonomia individual. A sociedade que não reflete politicamente sobre os seus conflitos, atribui responsabilidades individuais sem enfrentar as desigualdades nas possibilidades de livre-escolha (DIAS NETO, 2005).

Destacamos um discurso que faz uma análise da juventude e das duas classes sociais envolvidas no crime, a Liana e o Xampinha:

O caso da morte dos adolescentes Liana e Felipe trouxe à tona a discussão à respeito da redução da idade de responsabilidade penal de 18 para 16 anos (há quem defenda a redução para os 12 anos!). Essa idéia não tem cabimento.

Podemos perceber desde logo que para a jovem Liana, ter 16 anos significou a falta de consciência quando mentiu aos pais e foi viajar com o namorado, considerada uma atitude normal para uma adolescente. Já para Xampinha, o adolescente que cometeu o crime, 16 anos é idade suficiente para ter consciência de seus atos. De modo algum pretendo comparar a mentira de Liana ao crime cometido por Xampinha, não são comparáveis. Inclusive, uma mentira não é punível, mas o crime sim. Pretendo demonstrar apenas que um adolescente de 16 anos não tem ainda seu processo de formação completo, e dessa forma, não tem consciência absoluta de seus atos. Não é possível ter dois pesos e duas medidas.

Têm surgido propostas alternativas, que enfatizam o caráter interdisciplinar da questão criminal, que deixa de ser monopólio do sistema de justiça penal para ser apropriado por amplo leque de instituições, inclusive a educacional, propondo uma análise sobre as causas da violência, como podemos observar por meio desse discurso:

Deveríamos analisar que tipo de leis realmente funcionam em nosso país e porque a criminalidade aumenta cada dia mais: um país que nunca se importou com educação e muito menos com a miséria camuflada, governantes que não sabem como trabalhar ou sabem e se omitem, porque todos não analisam antes em quem votam? Por que deixam seus direitos serem esquecidos? Por que a população não participa de forma atuante para exigir que seus

direitos sejam cumpridos? Está na hora de pararmos com hipocrisia e começarmos a visitar as FEBENS e vermos quantos monstros estão sendo criados por lá. Deveria se construir muito mais escolas para que os jovens ficassem mais tempo em aulas do que na cadeia.

Quando o delinqüente é considerado o único responsável pelos seus atos, não há o que fazer além de sua punição, se a sociedade faz uma leitura mais abrangente, se abre a possibilidade política dos conflitos, como propõe esse discurso:

Culpar e crucificar esse infeliz que cometeu o delito é simplesmente tirar de nossas costas a responsabilidade social que temos com os nossos próximos e condená-los duplamente por nossas próprias falhas. Somos responsáveis pelo destino da humanidade e não podemos esquecer esse preceito, o mundo violento somos nós que fazemos, alimentando ódio, magoas, rancor contra nossos semelhantes. O que o Xampinha fez é um alerta para a sociedade que algo está errado e com certeza o erro é nosso.

Precisamos iniciar urgente o processo de inclusão social daqueles que ainda não se transformaram em criminosos, agindo em todas as frentes ao mesmo tempo, melhorarmos a justiça, a polícia e a punibilidade daqueles que já estão no crime. Chega de impunidade. Se matar resolvesse alguma coisa, nos EUA não

teríamos tantos crimes cometidos por menores, a mudança é na base: família, educação e sobrevivência.

O discurso E – crítica às declarações da apresentadora, propõe uma maior responsabilidade da mídia e aponta a mídia como a responsável pela exploração da violência para obter IBOPE, fugindo de seu papel na formação de cidadãos.

Destacamos um discurso que trata exatamente da importância da mídia como formadora de opinião:

A Ana Maria Braga recebeu o Dr Ari (pai de Liana) e o Dr Jairo Bauer e fez desse fato lamentável que aconteceu com a menina Liana o início de um debate para melhorar nossa cidade. Questão de cidadania da Ana Maria, assim é que se indigna com fatos bárbaros, sem falar palavras que se tornam panfleto.

Fazer IBOPE e sensacionalismo barato em cima da tragédia alheia é oportunismo imoral, não passa de pura mentira destinada a manter um índice de IBOPE que garanta a continuidade do programa ou a autopromoção do artista. É olho nos pontos de audiência para chamar anunciantes, ao invés de demonstrar soluções para uma sociedade desgastada pela violência.

Para acabarmos com a violência, é necessário uma mudança de paradigma: da lógica repressiva, para a lógica preventiva.

Prevenir o crime, afrontar o problema do medo, diminuir os custos sociais do crime e da reação social ao crime, garantir as condições materiais, e não meramente simbólicas, de segurança, não são tarefas que possam ser exercidas por uma única instituição, mas que requerem a co-responsabilidade do conjunto das instituições democráticas de um território (DIAS NETO, 2005).

A superação das amarras da cultura penal estimula a criatividade política para o surgimento de uma “nova cultura de defesa contra a criminalidade”, capaz de inserir as políticas criminais em um contexto mais amplo, de intervenções preventivas e reativas, voltadas à proteção global dos direitos fundamentais.

Na concepção arendtiana, a convivência pacífica entre os homens é o fator que propicia a ação conjunta e é esta ação que é geradora de poder. Como a própria Hannah Arendt conclui:

O único fator indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. (...) Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja sua força e por mais válidas que sejam suas razões (ARENDRT, 1993).

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

Alba Zaluar define violência como:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego da força física, os recursos do corpo para exercer a sua força vital. Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim carga negativa ou maléfica. Portanto, é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento causado) que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 2004).

Essa definição vem ao encontro do que propomos para o fechamento desse trabalho, ou seja, a percepção do ato violento como parte de uma cultura, de um momento histórico. E, mais ainda, de que forma essa mesma cultura procura lidar com a violência urbana, quais são os arranjos e as perspectivas de solução.

Para a reflexão sobre o momento histórico em que vivemos, utilizaremos o conceito de “hiper modernidade” de Gilles Lipovetsky:

No cerne do novo arranjo do regime do tempo social, temos (1) a passagem do capitalismo de produção para uma economia de consumo e de comunicação de massa; e (2) a substituição de uma sociedade rigorístico-disciplinar por uma “sociedade-moda” completamente reestruturada pelas técnicas do efêmero, da renovação e da sedução permanentes (LIPOVETSKY, 2004).

Esse caso de violência urbana mobilizou, de forma massiva, todos os meios de comunicação: jornais escritos, revistas, TVs, Internet, entre outros, sendo criado, inclusive, um Fórum de Discussão no provedor UOL. Mobilizou toda a sociedade e autoridades para a discussão da diminuição da maioria penal.

Porém, foi rapidamente substituído por outras notícias mais recentes e violentas, como a Guerra do Iraque, Bin Laden, Terrorismo, bombas em Madri e mais recentemente, em Londres. Esse caso já foi totalmente esquecido pela sociedade que se envolveu tanto com o tema, já faz parte do passado.

A visão de nossa sociedade, essencialmente urbana, efêmera, conectada, pode ser resumida nesse trecho de Lipovetsky:

Mostram-nos também as imagens do corpo no hiper-realismo pornô; a televisão e seus espetáculos que encenam a transparência total; a galáxia Internet e seu dilúvio de fluxos numéricos (milhões de sites, bilhões de páginas, trilhões de caracteres, que dobram a cada ano); o turismo e suas multidões em férias; as aglomerações urbanas e suas megalópoles superpovoadas, asfixiadas, tentaculares. Para lutar contra o terrorismo e a criminalidade nas ruas, nos shopping centers, nos transportes coletivos, nas empresas, já se instalam milhões de câmeras, meios eletrônicos de vigilância e identificação dos cidadãos: substituindo-se à antiga sociedade disciplinar-totalitária, a sociedade de hipervigilância está a postos (LIPOVETSKY, 2004).

É nesse caos urbano que as causas da violência têm sido estudadas por várias instituições públicas, privadas, policiais, universidades, Organizações Não Governamentais, procurando encontrar, de todas as formas, soluções para combatê-la. Não podemos deixar de mencionar o crescimento da violência relacionado ao modelo econômico, à má distribuição de renda e falta de investimentos dos setores produtivos.

Levantamentos recentes apontam para o aumento da criminalidade por tráfico de drogas nas regiões da periferia de São Paulo, onde não existem opções de lazer e cultura, ruas sem asfalto, sem iluminação pública, de difícil acesso da polícia e transporte público deficiente.

Cria-se um ambiente favorável ao isolamento físico e psicológico do indivíduo, ao esvaziamento das iniciativas coletivas e à adoção de estratégias de autodefesa. A falta de lazer na periferia, por sua vez, é fortemente responsável pelo o aumento da violência, pois é no tempo de não-ocupação que o jovem se envolve no crime.

O crime e a desordem podem ser decorrência da pobreza, mas podem também ser geradores de pobreza, cria-se uma espiral de declínio, um círculo vicioso em que a desordem gera mais desordem, sinais de degradação física do espaço urbano contribuem para enfraquecer os mecanismos internos de controle social informal e, conseqüentemente, minar o senso de

responsabilidade da população pela preservação da área (DIAS NETO, 2005).

Segundo Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP:

A violência é um problema muito complexo, que tem várias causas: além do tráfico de drogas, há o enfraquecimento das instituições, o abandono da periferia, as disputas dos indivíduos entre si e a baixa eficiência da justiça, entre outras coisas (ADORNO,1999).

Para Marin, todos esses fatores contribuem para que exista uma “Violência Branca”, ou seja:

A família que deveria ter servido de referência está desestruturada, não “foi capaz”, ou melhor, não encontrou na sociedade espaço para garantir o sustento dos filhos, a sua permanência na escola (que não dispõe de vagas suficientes), o seu acesso ao lazer e cultura, sem falar na assistência à saúde. Tantas vezes nas classes baixas são as crianças as responsáveis pelo sustento das famílias, mendigando nas ruas e sendo exploradas pelo trabalho infantil, ou sendo usadas no tráfico de drogas, aproveitando-se de sua inimizabilidade. Os equipamentos sociais que deveriam assistir à infância e se complementar à família falham e acabam reproduzindo uma violência, a que chamei de branca, ao evocar que numa sociedade livre e democrática os

indivíduos que tiveram vontade poderiam ter encontrado formas de se realizar (MARIN, 2002).

Segundo Alba Zaluar:

Urge, portanto, modificar a polícia e seus métodos de enfrentamento dessa situação terminal, bem como acabar com a guerra entre comandos e entre policiais e bandidos, preparando policiais e moradores para as novas relações de cooperação que se fazem necessárias. Para tanto é preciso haver associações vicinais fortes. O esvaziamento e a submissão dessas associações fazem parte da cadeia de efeitos que estabelece um dos muitos círculos que eternizam a violência (ZALUAR, 2004).

Mas, são nesses momentos de crise que formas de reação aparecem, vindas da união de vários setores da sociedade que conseguem transformar a realidade, como foi o caso divulgado recentemente nos jornais do bairro Jardim Ângela.

Segundo dados da ONU, em 1996, o local era considerado o mais violento do planeta; em 2001, o número de assassinatos era de 277, porém, esse índice vem caindo a cada ano e, em 2004, chegou a 151 assassinatos.

No dia 5 de junho de 2005, Gilberto Dimenstein comemora, no jornal **Folha de São Paulo**, 45 dias sem assassinato no Jardim Ângela; isso se deve à união de ações da sociedade civil e o poder público, como diz o autor “surgiu o Fórum de

Defesa da Vida, projeto que reuniu as principais entidades locais, a começar dos líderes das mais diversas religiões, dos evangélicos aos umbandistas.”

Foram treinados policiais para atuar de forma comunitária, desenvolvendo ações preventivas, criaram-se cursos profissionalizantes para jovens, reforço escolar para as crianças, a universidade passou a tratar o alto índice de alcoolismo, os bares fecharam mais cedo, praças foram reformadas e criaram-se áreas de lazer, esporte e cultura.

A boa fórmula para lidar com o problema, segundo a análise da organização internacional, combina um maior investimento do governo na segurança pública, com ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, sustentadas por uma grande mobilização da sociedade para o tema.

Outra perspectiva de solucionar a violência é a Justiça Restaurativa, que reformula o modo convencional de definir crime e justiça com grande potencial transformador do conflito, na medida que intervêm de modo mais efetivo na pacificação das relações sociais.

A Justiça Restaurativa parte do pressuposto que o crime, ou o ato infracional, causa dano às pessoas e aos relacionamentos, portanto, toda comunidade sofre suas conseqüências. Além do infrator, a vítima é ouvida e participa na transformação do conflito, como também, a comunidade é chamada para atuar diretamente neste processo.

Desta forma, em lugar de simplesmente concentrar-se na determinação da culpa e punir os transgressores, este novo modelo visa a efetiva restauração dos relacionamentos, a reparação do dano sofrido pela vítima, a conscientização e responsabilização do transgressor e, ainda, o fortalecimento da comunidade.

Por outro lado, nós já possuímos formas que garantam à criança e adolescente assegurar seus direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, completa 15 anos de criação e determina, no regulamento geral, que toda criança e adolescente tem direito à saúde e educação e à garantia de seu desenvolvimento físico, psicológico, cultural e psicossocial. Ainda, conforme a **Constituição Federal (1988)**, art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A média nacional de mortalidade infantil reduziu, a taxa de escolarização foi, praticamente, universalizada na faixa etária de 7 a 15 anos, diminuiu o número de crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil e foram criados 4.561 Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e 4.260 Conselhos Tutelares.

No entanto, muitos desafios precisam ser conquistados ainda, como uma melhoria na qualidade de ensino, saúde, cultura, alimentação e fortalecimento dos vínculos familiares, para garantir que os Direitos Humanos das crianças e adolescentes sejam efetivados.

Para finalizar, lembramos que identificar o pensamento de uma coletividade sobre a violência fornece instrumentos para a área de Saúde Pública, pois é por meio da produção de conhecimento que será possível pensar em ações preventivas, atuando assim, na prevenção da violência e fornecendo subsídios na formulação de políticas públicas.

Não é verdade que o dinheiro e a eficiência se tornaram os princípios e os fins últimos de todas as relações sociais. Do contrário, como entender o valor conferido ao amor e à amizade? Como explicar as reações de indignação em face das novas formas de escravidão e de barbárie? De onde vêm as exigências de moralizar as trocas econômicas, a mídia e a vida política? Ainda que nossa época seja o palco da pluralidade conflituosa dos conceitos de bem, ela é, ao mesmo tempo, marcada por uma reconciliação inédita com os fundamentos humanistas – estes nunca antes se beneficiaram de tal legitimidade incontestada (LIPOVETSKY, 2004).

REFERÊNCIAS

Adorno, S. **Adolescente na Criminalidade Urbana**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria do Estado de Direitos Humanos, 1999.

Almeida, G, Pinheiro, PS. **A Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha; 2003.

Arendt, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1993.

Arendt, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1994.

Athayde, C, MV Bill, Soares, L. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva; 2004.

Baudrillard, J. **A Transparência do Mal: ensaio sobre os fenômenos extremos**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

Beck, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In Giddens, A. **Modernização Reflexiva**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP – FEU; 1997.

Berman, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras; 1986.

Bobbio, N, Pasquino, G e Matteuci, N. **Dicionário de Política**. 7ª ed. Brasília: Editora UnB; 2004.

Bourdieu, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1998.

Bourdieu, P. **Sobre la Television**. Barcelona: Anagrama; 1997.

Caldeira, T.P. **Cidade dos Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp; 2000.

Castells, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra; 1999.

Castells, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra; 1999.

Da Costa, R. **A Cultura Digital**. São Paulo: Publifolha; 2002.

Eco, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13.07.1990). São Paulo: Saraiva, 2000.

Giddens, A. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP - FEU; 1993.

Giddens, A. **As Conseqüências da Modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP - FEU; 1991.

Giddens, A. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo, UNESP, 1996.

Glassner, B. **Cultura do Medo**. São Paulo: Francis, 2003.

Haguette, TMF. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Vozes; 1990.

Jodelet, D. **Representações Sociais: um domínio em expansão**, organizadora. Rio de Janeiro: EDUERJ; 2001.

Lefevre, F & Lefevre, AMC. **O discurso do sujeito-coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Caxias do Sul: EDUCS; 2003.

Lefevre, F & Lefevre, AMC. **O discurso do sujeito-coletivo: uma abordagem em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS; 2000.

Lefevre, F. **A constituição do sujeito da sua saúde e da sua doença**. São Paulo: Tese de Livre Docência. Faculdade de Saúde Pública da USP; 1995.

Lefevre, F. **O medicamento como mercadoria simbólica**. São Paulo: Cortez; 1999.

Lefevre, F. Saúde, este obscuro objeto de desejo. **Rev. Saúde e Sociedade** 1987; 6 (1): 3-9.

Lévy, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola; 2000.

Lévy, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34; 1999.

Lévy, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34; 1996.

Lipovetsky, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

Marin, ISK. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp; 2002.

Miceli, S. **A Noite da Madrinha**. São Paulo: Editora Perspectiva; 1982.

Minayo MCS. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. **Rev Saúde Pública** 1991; 25 (3): 233-8.

Minayo MCS. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO; 1992.

Minayo MCS. **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** Petrópolis: Vozes; 1994.

Pastana, DR. **Cultura do Medo :reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil.** São Paulo: IBCCRIM; 2003.

Revista ADUSP – Associação dos docentes da USP, setembro de 2000.

Santos, BS. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez; 1995.

Zaluar, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.

Jornais

Jornal da USP, de 20 a 26 de setembro de 1999.

Jornal Folha de São Paulo, 1º de janeiro de 2004.

Jornal O Estado de São Paulo, 2 de julho de 2000.

Jornal O Estado de São Paulo, 31 de outubro de 1999.

Sites

www.fsp.usp.br/quali-saude

www.ibccrin.com.br

www.ilanud.com.br

www.nev.prp.usp.br

www.soudapaz.org

www.spcv.org.br

www.unesco.org.br

www.uol.com.br/fórum

ANEXOS

Anexo 1 – Íntegra dos discursos

Reproduziremos, abaixo, os discursos do Fórum de Debates do site da UOL, agrupados de acordo com o método do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, apresentado no Capítulo – Metodologia. Os discursos foram copiados de acordo com a escrita de cada autor, respeitada a grafia inicial.

Discursos

1. Discurso Sujeito Coletivo A:

“As pessoas estão impotentes, é preciso fazer alguma coisa”.

Nós estamos vivendo, no Brasil de hoje, uma verdadeira guerra civil não declarada; essa guerra já perdemos, agora é tarde, pois os fatos estão aí e nada está sendo feito para mudar. Não adianta sermos cegos para a nossa realidade.

A verdade é que a criminalidade se sente a vontade; ela é pura e simplesmente fruto da omissão (dos políticos, da polícia, da população, das religiões).

Não há respeito pelo próximo e muito menos pela ética. Quando um ministro não reconhece a vala profunda que nossas leis se encontram em relação

aos menores e não passa para a sociedade um esclarecimento confortante para o futuro, acho que o caos é uma questão de tempo. Infelizmente é muito triste reconhecer essa realidade.

Só não vê quem não quer. Corrupção desenfreada, que geram inúmeros inquéritos, investigações profundas, que ao final resultam em nada.

Mais do que isto, nós não poderíamos ter, num país, onde a escoria da escoria se aloja nos poderes da nação, totalmente insensíveis aos gritos do povo, preocupados somente com seu círculo próximo e familiar. É intolerável o que está acontecendo: se nossas autoridades insistirem na isenção da responsabilidade, acho que estamos caminhando para uma guerra civil, não agora, mas estamos caminhando. Os valores da sociedade já não são os mesmos e com os políticos então muito pior.

Será que ninguém percebe que estamos vivendo uma guerra todos dias? Temos que ficar presos em nossas casas, trabalho, carro, enquanto esses "bichos" tomam a cada dia mais uma parcela maior da sociedade; continuamos reféns em nossas residências assistindo tudo isso.

Tenho filhos e penso, como vai ser quando crescerem? Vou ter que tratá-los como assassinos, terão que ficar presos em casa para de repente não deparar pela frente com um demônio como esse? Acho injusto e ainda penso e imagino a dor

dessas famílias que têm seus filhos e os perdem todos os dias nessa batalha desleal, que sempre a população do "bem" sai perdendo.

Daí penso, que pena que só são votadas leis para aumentar cada dia mais a nossa carga tributaria e um assunto de tal grandeza está esquecido há anos no Congresso, realmente é revoltante. Acordamos cedo para trabalhar, arcar com nossos deveres de cidadãos, pagando todos os impostos, só que infelizmente nossos direitos são há cada dia mais esquecidos, o que mais revolta em tudo isso é saber que com nosso dinheiro esses "vermes" são alimentados e mantidos vivos!!! Mostra o quanto estamos impotentes perante este tipo de marginal e que cresce a cada dia por impunidade de leis, que deixam Xampinhas soltos por ai.

Pessoas como os assassinos dos jovens dificilmente serão reabilitados, principalmente dentro dos nossos presídios, que mais parecem universidades do crime - entra estuprador e sai traficante.

Estamos vendo nossos entes queridos morrerem na mão de cidadãos acobertados pela lei e nada podemos fazer.

Não sei se matar bandidos adiantará muito, mas acho que é o momento da sociedade se mobilizar. Chega de impunidade. A sociedade não pode ficar refém de marginais.

Se ficarmos de braços cruzados, esperando apenas pelos governantes, estamos perdidos. A sociedade precisa se mobilizar, ir à luta pelos seus direitos. Cada um de nós fazendo sua parte, numa corrente de indignação sadia mas atuante.

Temos que deixar de ser covardes no Brasil e começar a falar o que realmente sentimos, não são palavras que irão instigar a violência, pois a violência está em todo canto, precisamos é reagir e não permitir que acabem com nosso país.

Lute. Provoque e promova debates sobre os caminhos da nossa sociedade. As igrejas, poder público constituído, enfim a "sociedade organizada" a meditar sobre para onde estamos caminhando.

A sociedade está cansada de tanto descaso. Vamos nos unir. Sábado, dia 22, as 13h45, haverá uma manifestação, que partirá do Colégio São Luís, que fica na Avenida Paulista. Compareçam vestidos de branco. Vamos nos unir!

2. Discurso Sujeito Coletivo B:

“Lei do Talião: quem matou tem quem morrer ou sofrer”.

Este foi mais um crime cometido por um menor e que, assim como os anteriores, também terá como conclusão o envio de um monstro para a FEBEM. Assim, não importa o que será feito com este animal, cachorro raivoso precisa ser sacrificado.

Chegamos ao fundo do poço, por isso vamos dar um basta nesta história mandando esses caras para o inferno logo de uma vez: pessoas que agem assim não devem ter piedade, devem morrer como sua vítima.

De fato, essas bestas feras não têm recuperação, deveriam morrer da pior forma possível e não ficar presos comendo às nossas custas na cadeia, daqui a pouco este crime se dá por esquecido e eles ficam apenas descansando na maior mordomia atrás das grades. Este m... ficará apenas três anos na cadeia, por isso melhor seria exterminar este mal pela raiz.

Quanta saudade da época do Geisel. Xampinha, Fernandinho, Leonardo Vieira e muitos outros bandidos já tinham ido, mas Democracia é tudo isso aí que estamos vivendo: no Brasil apenas ladrão de galinha e pingaiada é realmente preso, porém se efeminássemos estes animais da sociedade estaríamos tranquilos. O governo deveria ter um esquadrão de elite com 50 soldados à paisana prontos para matar traficantes, seqüestradores, estupradores, menor bandido, deputados, senadores etc.

Ou a FEBEM poderia fazer este serviço pelo povo, dar um perdido neste bandido, não vão saber quem foi e não vai ser a primeira vez que um bandido morre por acidente.

*Por isso eu quero que esses estupradores, assassinos, ladrões morram!!!
Desapareçam da vida de gente de bem, que paga pra ser protegido e só toma no...
com esses governantes corruptos e com essa lei falida.*

*O Brasil precisa ter uma punição a altura da agressão, roubou, corta o
dedo. Roubou de novo? Corta outro dedo. Estuprou? Capa com tesoura cega pra
sentir muita dor. Matou? Morre também. Olho por olho - dente por dente: quem
matou, morre, quem violentou, é violentado.*

*Mas pensando bem, a morte para bandidos como estes significa muito
pouco, pois, eles contam com essa possibilidade; além do mais nós ainda temos que
sustentá-los na prisão tirando dinheiro que sustentaria a alimentação e a saúde de
diversos cidadãos honestos que lutam para se manterem, seus familiares deveriam
custear suas "estadias" na prisão ou cortar-lhes as mãos e pés e soltá-los na mata
para que conseguissem seu alimento.*

*Daí ele poderia também ser capado, ter seus órgãos genitais extirpados
para sofrer a maior humilhação que um homem pode sofrer. De preferência,
capado em praça pública para servir de exemplo, não só ele, mas todos os que
violentaram a Liana.*

*Porque para essas escórias da sociedade, é preciso uma morte lenta, aos
pequenos pedacinhos; aos cortinhos de orelhas, às pontinhas dos narizes, aos
olhinhos furados e, todas as pontinhas dos dedos decepadas pelo cutelo do*

carrasco. Tudo feito lentamente, até que o anjo da morte viesse chegando de mansinho para levá-los para os infernos!!! E quem sabe não lhe dar um copo de cicuta, para que ele se delicie lentamente. Ácido sulfúrico será delicadamente pingado em suas entranhas e canais oculares. As unhas serão arrancadas. Mas terá que ficar vivo e, na condição de inválido, conviver com os crimes que cometeu.

E tem gente que é contra o aborto, se esse desgraçado tivesse sido abortado a sociedade não teria perdido duas pessoas que faziam algo de bom, para o país. Pelo fim da impunidade aos maiores de 16 e menores de 18, pela castração de estupradores.

Seres como esse tal Xampinha não se enquadra na categoria "humano", pois ele não o é, criemos então uma categoria à parte.

Esses ratos assassinos são uma pequena amostra da imundície humana que se acumula nas periferias das cidades brasileiras. Morte aos ratos!

3. Discurso Sujeito Coletivo C:

*“Contra os Direitos Humanos e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente -,
que protege os marginais”.*

Estamos em um país que criminosos das mais variadas raças são protegidos, enquanto nós, babacas honestos, que pagamos nossos impostos rigorosamente, por índole, somos sacrificados. Mortos nos passeios, nas escolas,

nas ruas das cidades, nas igrejas e em tantos outros lugares. Fiscalizados e auditados por órgãos públicos, porque temos CPF e CGC, enquanto os caloteiros não são sequer vistos. Já assassinos, os adolescentes marginais, e até crianças usam os direitos criados por nossos políticos (a maioria da mesma estirpe) para se protegerem.

Como um marginal pode agir tão friamente, e como nossas leis podem proteger tanto um monstro como esse só porque é menor de idade? Esse estatuto do criminoso (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente) é uma das piores coisas que fizeram no nosso país, no Brasil temos uma justiça vagabunda, que protege marginal e deixa de lado o cidadão de bem.

Os governantes e os imbecis dos direitos ficam com demagogia barata e não fazem absolutamente nada para melhorar a segurança do povo. Na verdade a pena de morte já está instituída neste país há muitos anos, só que ela vale para os pais de família e pessoas de bem e não para os assassinos.

Este menor deve ser enviado para Brasília na casa de alguns deputados para ser re-socializado por eles, para que eles possam pedir às suas esposas e filhas que o ajudem; infelizmente temos que ouvir ministros e autoridades protegendo monstros, pois eles têm nosso dinheiro nas mãos para se proteger com segurança.

Por isso deveríamos acabar com essa palhaçada chamada Direitos Humanos, que só serve para defender direitos de bandidos e assassinos, e não os direitos das vítimas e familiares.

Os criminosos neste país têm regalias, queimam colchões, nós pagamos, querem ditar normas, são atendidos: até quando vamos continuar sendo vítimas de um poder judiciário fracassado e hipócrita? Juízes que só pensam em si mesmos. Temos que mandar essa velharada toda pra cadeia junto com os bandidos porque eles também são bandidos na maneira que agem.

Direitos humanos têm que existir sim, mas na vida de pessoas que sofrem como nós para vivermos honestamente, para quem paga imposto e não para esses vagabundos que querem ganhar a vida fácil: onde estava os direitos humanos quando aqueles jovens sofreram aquelas barbaridades? Por que eles não defendem os direitos dos trabalhadores que não têm nem moradia e muitos não tem nem um ovo para levar na marmitta?

4. Discurso Sujeito Coletivo D:

“Pelo endurecimento das leis”.

É impossível que o Brasil continue a ter um código civil e um código de proteção aos menores de idade tão arcaicos assim. Se alguém pode votar e dirigir aos dezesseis anos, essa pessoa também tem uma clareza intelectual para cometer crimes diabólicos. Caso não houver uma diminuição da idade penal, é preciso que

haja uma modificação completa no regime da FEBEM. É um absurdo que pessoas que cometeram crimes tão violentos como o assassinato de Liana Friedenbach e de Felipe Café, fiquem apenas três anos presos e depois saiam com a ficha limpa.

Também é complicado que pessoas que cometeram atos de violência tão truculentos sejam misturados a batedores de carteira. A justiça em nosso país precisa mudar.

Se um pai de família comete um crime, mesmo que seja em legítima defesa fica preso e cumpre a pena, agora um assassino que tem antecedentes e que está provado que foi o mentor do crime, não.

Isto é um incentivo para todos os cidadãos de caráter seguir o mesmo caminho e sair por ai matando porque se a justiça não serve para punir este assassino não servirá para punir mais ninguém.

Pequenos adultos cometem crimes bárbaros e ainda são resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, quem vota aos 16 anos, deve ser punido severamente aos 16 anos, para mais tarde não cometer outros delitos, pois já é um homem feito, sabe o que fez, e tem que responder por isso.

Aqueles que cometem crimes hediondos têm que pagar para o resto de suas vidas. Poderia ser criada, por lei, uma condição especial que enquadrasse todo menor, acima de 15 anos, que cometesse crime hediondo. Esta condição seria a

maioridade acelerada, ou seja: todo menor que comete crime hediondo adquire status de adulto para ser julgado e condenado como tal.

Muita coisa tem que ser revista no país, não só em termos de condições sociais, mas em termos penais.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) precisa ser imediatamente revisto, para contemplar casos como esse, em que menores de 18 anos matam e são iguais a um adolescente que rouba um tape. Quem mata, não importa a idade que tenha, tem que responder pelo seu crime, mesmo que seja em uma prisão especial até atingir a maioridade, para depois passar à cadeia comum.

Na FEBEM os delitos leves devem ser estudados caso a caso, porém assassinatos e crimes hediondos merecem prisão e julgamento normais.

A discussão sobre a idade de 16 ou 18 para poder responder judicialmente, já está sacramentada pela população brasileira. Quase 90% desejam que passe para 16 anos a idade penal e os doutores da lei e aqueles que foram escolhidos por nós, nem deveriam discutir a questão, simplesmente deveriam aplicá-la sem questionamentos. Até por uma questão de matemática 90% dos brasileiros querendo a mesma coisa, é infinitamente mais que alguns colegiados.

Nossas leis são fracas e medíocres, juristas e legisladores deste país, têm que assumir seus papéis e fazer a vontade da maioria da população, e não inventar leis para proteger os criminosos e desarmar o cidadão de bem.

É hipócrita o "estatuto do desarmamento" do cidadão, pois o bandido não precisa registrar suas armas.

Por isso é preciso organizar um levante nacional para que haja uma revisão geral no código penal, estabelecendo penas mais rígidas, construir colônias penais agrícolas longe das áreas urbanas, onde o preso come o que planta, veste o que produz, sem direito a visitas íntimas, celulares e outras regalias.

5. Discurso do Sujeito Coletivo E:

“Crítica às declarações da apresentadora”.

O SBT já está acostumado com seus apresentadores idiotas que vivem apresentando barbáries e baixarias. Deveria mesmo ser imposto uma lição para eles: prestarem serviços aos mais necessitados e sem aparecer na mídia. Que tipo de pessoas temos como formadores de opinião, falando diretamente a pessoas facilmente influenciáveis? Se o Sr. Silvio Santos continuar com essa equipe como Gugu, Hebe e outros a sua emissora não fica no ar mais que dois meses. O que a Hebe falou não é nada mais, nada menos do que excitar o povo ao crime.

Será o Xampinha o único marginal por aqui? E aquele ato ilícito cometido pelo apresentador Gugu Liberato, que na ânsia de se promover e crescer no IBOPE forjou uma entrevista com bandidos? Será que isso não deve ser punido? Já que é pra matar, aproveita e mata o Gugu também.

Hebe na cadeia é pouco e Silvio Santos e Gugu, Ratinho e outros tantos que estão por aí dando tanto IBOPE ao crime.

Fazer IBOPE e sensacionalismo barato em cima da tragédia alheia é oportunismo imoral, não passa de pura mentira destinada a manter um índice de IBOPE que garanta a continuidade do programa ou a autopromoção do artista.

É olho nos pontos de audiência para chamar anunciantes, ao invés de demonstrar soluções para uma sociedade desgastada pela violência.

Ela devia começar a atirar na cabeça do Maluf, um dos mais repugnantes políticos do Brasil, seu eterno e admirado candidato que tanto dinheiro público desviou. Dinheiro que podia ser aplicado em hospitais públicos, saúde, lazer para a periferia. O Maluf espalha suas bravatas a cada eleição querendo por a rota na rua, ele lambeu as botas dos que construíram (destruíram) esse país.

A Hebe Camargo deveria ter vergonha de capitalizar audiência às custas da dor e da tragédia alheias, nunca fez nada para melhorar o Brasil, ela não acredita

que com mais educação, redistribuição de renda, justiça social, emprego podemos diminuir a violência.

Vive um mundo que não é real com seus carros blindados e suas ostentações absurdas como jóias e diamantes. Se ela doasse suas ostentações para favelas que ela mal sabe que existe como Heliópolis, Paraisópolis, Capão Redondo, Jardim Ângela, acabaria com metade da miséria em que a maioria dos seus moradores vive. Ao invés de ficar falando besteiras na TV, ela deveria dizer algo construtivo como: Abaixo a diferença de classes, vamos lutar por uma sociedade igualitária e sem diferenças.

Que ela lute por mudanças das leis de nosso país, que lute por justiça, mas dizer em público que também mataria a torna tão vulgar e perigosa como o Xampinha. Um erro nunca justifica o outro.

Entrevistar o Xampinha e matá-lo em seguida é, automaticamente, se tornar um Xampinha. É claro que este menino está sendo bode expiatório dos maiores de idade que realmente cometeram o crime. Mas, de onde ele vem? Da miséria, da baixa escolaridade, da falta de perspectiva.

Ao dizer que mataria o Xampinha estaria quebrando todo preceito de justiça além de dizer que faria a mesma coisa que ele fez, cometer um assassinato, isto não deveria ser pensado por nenhum ser humano, nós somos seres humanos, não temos o direito de punir ninguém com a pena de morte.

Essa questão é muito difícil de ser discutida, mas a Hebe, como apresentadora, como uma formadora de opinião não poderia se expressar daquela maneira em rede nacional, criticar a violência incitando, em seguida, um ato de violência.

Quanto àquela patricinha rica e loura que mandou matar os pais, seria engraçado vê-la falando que mataria aquela menina, mas isso, obviamente, seria impossível. O ódio da Hebe, no fundo, se dirige menos aos assassinos e mais aos pobres.

Isso demonstra a falta de visão, cultura social e espírito cristão desta senhora.

Uma coisa é uma pessoa envolvida emocionalmente, um pai, uma mãe sofrendo a perda de um filho, falar em matar, outra é uma pessoa pública se manifestar dessa maneira. Isso é falta de responsabilidade, essa declaração visa criar um clima de revolta e conseqüentemente influenciar a população.

Uma pessoa pública ir à televisão e incitar o povo a fazer justiça com as próprias mãos é uma grandíssima irresponsabilidade. Deveria ser processada por isso.

Por que não aproveita quando aparece para pregar a paz?

A maioria das pessoas que assistem e dão crédito ao que essa senhora diz, são pessoas que lêem muito pouco, estudaram menos ainda e, portanto têm dificuldade para chegar sozinhas a conclusões. Como apresentadora de um programa muito assistido e, portanto, formadora de opinião que é, agiu incorretamente. Não se deve incitar a violência, pois não sabemos quem está nos assistindo, ouvindo ou lendo, nem como tais palavras irão repercutir em suas cabeças.

A Hebe, por ser pessoa de renome na mídia popular, deveria ter tido uma maior consciência de sua responsabilidade social, e com isso, ter sido mais zelosa em suas declarações, pois, na verdade, esta última em nada contribuiu para uma discussão madura e séria do problema. Violência só gera violência.

Suas palavras foram sensacionalistas e inapropriadas para um momento em que o país discute, ainda não lucidamente, e sim, sob o impacto do hediondo crime praticado por este adolescente conhecido por Xampinha, a questão da maioridade penal.

Prudência e cautela quando se apresenta algum programa ao vivo e recomendável, pois não se deve deixar a emoção falar mais alto.

6. Discurso Sujeito Coletivo F:

“Explicação social do crime e da violência”.

Os principais Países Latinos sofrem do caos e da violência, sem considerarmos os interesses internos, um verdadeiro cerco está fechado: pobreza, miséria, exploração, aliciamento de forças, falta de instrução e educação.

Deveríamos analisar que tipo de leis realmente funcionam em nosso país e porque a criminalidade aumenta cada dia mais: um país que nunca se importou com educação e muito menos com a miséria camuflada, governantes que não sabem como trabalhar ou sabem e se omitem, porque todos não analisam antes em quem votam? Por que deixam seus direitos serem esquecidos? Por que a população não participa de forma atuante para exigir que seus direitos sejam cumpridos? Está na hora de pararmos com hipocrisia e começarmos a visitar as FEBENS e vermos quantos monstros estão sendo criados por lá. Deveria se construir muito mais escolas para que os jovens ficassem mais tempo em aulas do que na cadeia.

É verdade, o que este país precisa é de escolas profissionalizantes para inserir os jovens no trabalho e não desta hipocrisia que os jovens não podem trabalhar, se um menor que cometesse um crime fosse internado num lugar com escola e assistência e ao final da pena lhe dessem um outro nome para seguir, isso não aconteceria.

Esses menores assassinos têm uma família ignorante, cresceram como bichos, está na hora da sociedade acordar. Agora não é só os menores sem posses, temos menores assassinos de família que tem bens, como o caso da Suzane.

Antigamente, a maioria das vítimas era negros e pobres que viviam sem a proteção usada pelas elites, agora todos, sem exceção, estão expostos a todo o tipo de barbárie, a ansiedade e o stress provocam reações cada vez mais violentas.

Milhares de crianças morrem todos os dias em favelas graças ao tráfico de drogas, de fome, são vítimas de trabalhos forçados e de abuso sexual, só porque uma menininha burguesinha judia morreu assassinada, todo mundo sente pena dela e se mobiliza para mudar alguma coisa, mas alguém já analisou a hipocrisia, a canalhice, a sem-vergonhice, a podridão de grandes empresários e políticos que roubam que traficam e que através de uma lei matam centenas de pessoas? Alguém se pergunta quando vê um pobre coitado que não tem amor a ninguém, o que fizeram com seus direitos, com o dinheiro que ia para a merenda escolar, para os postos de saúde, para os hospitais e o roubaram? Os escândalos e sumiços de dinheiro do “Ouro para o Bem do Brasil”, das campanhas de enchentes em que com os mantimentos e roupas doados, são abertos supermercados e o dinheiro indo para o exterior? Existem milhões de pessoas pobres no Brasil e no mundo, e nem por isto são pessoas que pegam adolescentes, estupram, torturam e matam.

Cotidianamente temos assistido e visto pessoas, principalmente jovens de 17 a 35, serem assassinados brutalmente, seja por bandidos, seja pela polícia, eles não estudam no Colégio São Luis e nem têm pais advogados, são mães e pais que cotidianamente enterram seus filhos nos Cemitérios de Vila Alpina, São Luiz, em covas rasas, sem a atenção da mídia e desses programas sensacionalistas, localizados nas periferias.

Uma criança gerada numa mãe que não se alimenta direito, não toma as vitaminas necessárias, não tem uma formação adequada e depois de nascer é privada de tudo, comida, saúde, amor, educação. Cresce no meio da pobreza e aprende que as coisas são assim mesmo, descobre que alguns têm demais e não entende porque ele não pode ter. Rouba e mata e é condenado e morto.

E quem nasceu em berço de ouro e teve todas as condições na vida e ainda assim comete atrocidades. Terá o mesmo fim? Um político que desvia verbas e por conta disso muitos morrem por falta de atendimento e remédios, crianças morrem por não ter UTI.

São pessoas sem condições financeiras, vivendo por viver, sem instrução, sem saúde e principalmente sem nenhum sentimento de amor e de Deus, sem crenças sem coragem de batalhar pelo certo, pois hoje é muito mais vantajoso assaltar do que trabalhar 08 horas por dia e se precisar matar, irá matar sem nenhum remorso. O mundo de hoje se voltou para o dinheiro, tudo gira apenas em volta do dinheiro, mas se esquece de viver com amor pelo próximo.

A nossa sociedade está doente, é uma doença que não aceita mais remédios paliativos como o fome zero, o bolsa escola, a população precisa de emprego com salários dignos, para que cada chefe de família tenha o direito de administrar a educação de seus filhos. A culpa desta morte está nas mãos da sociedade que não se movimenta pra acabar com as discrepâncias sociais, nas mãos das famílias desses

jovens que nunca tiveram a confiança dos filhos, na mão do próprio casal que, imbecilmente, resolveu acampar no meio do nada.

O nosso país não é só carnaval, futebol, mulher bonita, jogo do bicho, é um dos países mais perigosos para viver. Não adianta a gente se esconder em condomínios fechados, carros blindados e outros arsenais. Aquele jovem que matou, é tão vítima quanto os que foram mortos, vítimas de uma sociedade e de um Estado que se preocupa com os mais ricos, com cercas elétricas e forma bichos prontos para matar. Culpar e crucificar esse infeliz que cometeu o delito é simplesmente tirar de nossas costas a responsabilidade social que temos com os nossos próximos e condená-los duplamente por nossas próprias falhas. Somos responsáveis pelo destino da humanidade e não podemos esquecer esse preceito, o mundo violento somos nós que fazemos, alimentando ódio, magoas, rancor contra nossos semelhantes. O que o Xampinha fez é um alerta para a sociedade que algo está errado e com certeza o erro é nosso.

Precisamos iniciar urgente o processo de inclusão social daqueles que ainda não se transformaram em criminosos, agindo em todas as frentes ao mesmo tempo, melhorarmos a justiça, a polícia e a punibilidade daqueles que já estão no crime. Chega de impunidade. Se matar resolvesse alguma coisa, nos EUA não teríamos tantos crimes cometidos por menores, a mudança é na base: família, educação e sobrevivência.

7. Discurso do Sujeito Coletivo G:

“A mídia é sensacionalista”.

Este caso será como os de Suzane, Daniela Peres, Torres Gêmeas, Guerra do Iraque, etc..., a tv brasileira não se cansa de fazer sensacionalismo.

Apesar de que mídia sensacionalista não é privilégio do Brasil. Haja vista o que está acontecendo no momento com o príncipe Charles, se temos programas de televisão de baixo nível não é por culpa das emissoras, é por culpa nossa que os assistimos, dos patrocinadores, que vinculam seus produtos a essas baixarias.

Quanto mais puderem expor a dor da família, mais audiência, mais IBOPE eles terão, manifestações anacrônicas e televisadas já viraram lugar comum nesta colônia. Não haveria espaço para os programas tupiniquins que farejam a desgraça para disseminá-la. De uma maneira cínica, os meios de comunicação e a imensa maioria dos comunicadores faz da violência, do crime, da miséria e da desigualdade social a sua plataforma de existência e, estes mesmos meios de comunicação estimulam a violência e endeusam os marginais quando realizam suas entrevistas encapuzando-os.

A reflexão que este fórum, indica é a de que nossa sociedade está tão despreparada quanto aflita por soluções. De um lado observa-se opinião recheada de ranço, vícios e preconceitos absurdos. De outro manifestações de validação das diversas violências.

Isso acontece todos os dias, mas quando se tem dinheiro ai eles mostram, somente a menininha sai em capa de revista e seu namorado? Por que ninguém fala?

O que pensa da vida este jovem pobre da periferia, possível desequilibrado mental, filhos de pais também sem qualquer estrutura sócio-econômico-cultural para lidar com fome, miséria, desemprego, insegurança, violência, alcoolismo, droga, etc., ao ver que o mundo dos bacanas é esta imbecilidade apresentada diariamente nas telas de televisão pelas Hebes, onde o mundo é completamente falseado e fútil?

Antes de se acusar Xampinhas e outros delinqüentes, é preciso considerar que muito daquilo que todos agora condenam nasceu, foi ensinado e é mantido pelas televisões e por pessoas como Hebe Camargo que muito já aprontou das suas.

No momento em que um caso concreto ocorre, é muito fácil e cômodo dirigir toda a raiva para o acusado do delito, esquecendo-se dos responsáveis pela manutenção do contexto sócio-econômico-cultural que predispõe e perpetua a violência. E incluo também como responsável a própria mídia, que é omissa, apenas denunciando o infrator direto, tratando-o como bode expiatório.

Acima do sentimento que se exprime frente às câmeras, o maior interesse das emissoras é sempre a audiência. A desgraça se transforma em show de

televisão, alimenta jornais sensacionalistas e é um ótimo tema para políticos em épocas de eleição.

8. Discurso Sujeito Coletivo H:

“Explicação místico-religiosa”.

A evolução tecnológica e científica caminha a passos largos, porém a evolução espiritual não progride. Como pode tantos acontecimentos horríveis, de atentado ao bem maior que é a vida serem tratados de uma forma tão fútil como o comentário feito pela inescrupulosa Hebe Camargo?

Uma pessoa em sã consciência jamais faria uma coisa tão horrenda dessas, este jovem está completamente endemoniado. A Bíblia, no livro de Efésios diz que os assassinos, os idólatras, os efeminados, os adúlteros, os ladrões, os mentirosos só não herdarão o Reino de Deus se não se arrependerem e não se converterem de seus maus caminhos. O Xampinha declarou de uma forma convicta que não está arrependido, e com toda a certeza, Deus sabe para onde ele vai passar o resto da eternidade, junto do Pai com certeza não vai ser. A justiça Celestial não falha e nunca falhará. Não adianta tratamento psicológico para ele, este jovem precisa de Jesus. Isso é totalmente espiritual. No momento que ele se converter, caso deseje isso, aceitar Jesus Cristo como Senhor é suficiente, caso contrário, ele passará a eternidade no Inferno.

A Bíblia diz em João que o diabo, satanás vem para matar, roubar e destruir, isso é o que ele está fazendo, roubando as almas, matando os seres humanos e destruindo as famílias. No momento que o ser humano reconhecer que existe somente um Deus que é Jesus, o Deus encarnado, e aceitá-lo como seu Senhor e Salvador, a nação mudará.

A vida vale muito pouco hoje em dia, as pessoas matam por um tênis, por R\$ 1,00, ou até mesmo por puro prazer de matar. Muitas pessoas têm a solução para o problema da violência: pena de morte, redução da maioridade penal, mais educação para o povo, etc... Nos Estados Unidos tem tudo isso e os crimes são cada vez mais bárbaros. O que realmente falta é amor ao próximo e valor à vida alheia. O que nos resta a fazer? Rezar para que um Xampinha, um Pernambuco ou algum dos meninos assassinos de Brasília nunca cruze o nosso caminho, porque infelizmente nem a polícia, nem o governo e nem mesmo nós podemos fazer nada contra esse tipo de gente.

É extremamente doloroso ouvir que alguém teve capacidade de matar um casal de namorado sem motivos, mas bem sabemos que os finais do tempo seria assim mesmo, o Espírito Santo está se afastando da terra aos poucos e isso será só o começo de tantas dores. Mas sabemos que para aqueles que permanecerem firmes, estarão num lugar mais que especial.

Este mundo jaz no maligno, qualquer um vê, mas não é por isso que devemos travar esta batalha sangrenta de olho por olho. Este indivíduo intitulado

por Xampinha, tem que clamar por misericórdia, Deus é o único que pode recuperar esta vida das mãos de satanás, devemos interceder não só pela família do Felipe e Liana, mas pela família deste Xampinha e principalmente por ele, que Deus possa usar de misericórdia e recuperá-lo.

Ele é um atormentado do inferno, como todos que participaram deste crime, e terão que ser tratados para se livrarem deste tormento na vida deles. A justiça dos homens, com certeza, será bem dura para com eles, como para com todos, que estão matando e roubando neste país. A justiça de Deus vem logo em seguida para com todos e podem ter certeza disto.

Não há nada oculto que não venha a ser revelado por Deus, à Deus cabe o princípio e o fim de todas as coisas, e quando ele permite estas barbáries, é para lembrarmos que quando nos afastamos Dele, a coisa pega.

Na Bíblia diz amar a Deus sobre todas as coisas e amar o próximo como a si mesmo, por mais que queiramos fazer justiça com as próprias mãos, devemos amar o próximo e a justiça será feita por Deus. Nós não entendemos diversas coisas que acontecem, só sabemos que é da vontade de Deus. Devemos deixar que a justiça divina tome conta de tudo, pois é para toda Eternidade.

Também é preciso entender o motivo pelo qual Liana teve que passar por tal abominação, o espiritismo afirma que a alma escolhe a forma que quer para ser

desencarnada, e em casos como esse seria para pagar mais rapidamente um carma passado de forma mais rápida.

9. Discurso Sujeito Coletivo J:

“Pena de morte como política pública de punição”.

A lei protege esses vagabundos e penaliza as pessoas decentes e de bem. A sociedade brasileira precisa discutir (e já) com a devida seriedade a aplicação da pena de morte para essa corja de bandidos e vagabundos.

Há países que têm pena de morte, países que fazem justiça com as próprias mãos e o Brasil é um dos que protegem os bandidos. Se executássemos o Maníaco do Parque e o Beira Mar, não existiria hoje o Xampinha.

É preciso saber diferenciar um ladrão, criminoso comum, fruto de uma sociedade injusta, de um psicopata com grave distúrbio de personalidade, irrecuperável e perigosíssimo para a sociedade. É o caso desse indivíduo denominado Xampinha, tem que eliminar da sociedade, não se pode fechar os olhos para os distúrbios de personalidade, não há miséria que produza um monstro desse calibre e não há nada que o recupere, deixá-lo vivo é expor toda uma sociedade.

A imagem do Brasil é prejudicada, sem contar os prejuízos morais, emocionais e espirituais dos pais. Com a pena de morte começaríamos a limpar o

Brasil. Nos Estados Unidos um jovem menor de idade aguarda para ser julgado até estar emancipado, por que aqui não pode ser assim?

Esses pequenos bandidos são amparados pela lei, por isso fazem o que fazem! Essa história que são vítimas das políticas sociais e econômicas é pura balela. O exemplo está aí: o Senhor Lula foi menino carente e hoje é presidente.

A impunidade incentiva a criminalidade, a violência está intimamente relacionada com a certeza que as sanções aplicadas são brandas demais e enquanto encarcerados fazem pós-graduação em crime e dos presídios continuam praticando e administrando o crime.

Chega de tanta impunidade, o Brasil tem que instituir pena de morte o mais rápido possível, não tem cabimento um crime dessa natureza acontecer e o criminoso ficar impune porque é menor de idade.

A sociedade tem o natural e sagrado direito de eliminar os facínoras e as bestas feras do convívio humano, seja qual for a idade cronológica que ostentarem. Dos 14 aos 18, com o atual nível de informação, todo o endividou já sabe, e muito bem, onde estão e quais são os limites da vida em sociedade, tanto no que diz respeito à vida do próximo quanto respeito à sua propriedade.

É muito triste saber que o dinheiro do desconto do imposto de renda na fonte será destinado uma parte para pagamento de alimentos na cadeia desses

vermes, é uma ameaça à sociedade, tem que existir pena de morte para bandidos desta espécie, cometeu crime tem que pagar com prisão perpetua, trabalhos forçados, e até pena de morte, para ficar como exemplos para que outros não venham cometer tais atrocidades.

Cada presidiário custa pra ser mantido R\$ 1.200,00, esse dinheiro poderia estar ajudando pessoas que, apesar da condição precária, não acharam que cometer crimes seria uma saída.

Pode até ser que pena de morte não sirva pra dar exemplo, mas cometeu crime hediondo? Cadeira elétrica! A conta de luz sairá bem mais barata do que sustentar e tentar consertar quem não tem conserto.

O melhor lugar para a bandidagem é vê-los comendo grama pela raiz.

De quebra, morte também aos políticos e burocratas que também cometem crimes hediondos roubando os recursos a serem usados em vacinação infantil, alimentos para flagelados e semelhantes barbaridades.

10. Discurso Sujeito Coletivo K:

“Contra o endurecimento das leis”.

O caso da morte dos adolescentes Liana e Felipe, trouxe à tona a discussão sobre a redução da idade de responsabilidade penal de 18 para 16 anos (há quem

defenda a redução para os 12 anos!). Essa idéia não tem cabimento. Podemos perceber desde logo que para a jovem Liana, ter 16 anos significou a falta de consciência quando mentiu aos pais e foi viajar com o namorado, considerada uma atitude normal para uma adolescente. Já para Xampinha, o adolescente que cometeu o crime, 16 anos é idade suficiente para ter consciência de seus atos.

Não se pode comparar a mentira de Liana ao crime cometido por Xampinha, inclusive, uma mentira não é punível, mas o crime sim. Um adolescente de 16 anos não tem ainda seu processo de formação completo, e dessa forma, não tem consciência absoluta de seus atos. Não é possível ter dois pesos e duas medidas.

O garoto assassino tem, nitidamente, complicações psicológicas, mas aconteceu só lá, é possível que alguns poucos casos do gênero tenham ocorrido também, mas é insensatez pensarmos que em qualquer esquina ou qualquer moita seremos atacados pelos pobres e pelos meninos de rua.

É verdade que a imprensa está tão rápida que divulga muitas informações ao mesmo tempo, e às vezes não temos condições de pensar nelas, mas precisamos ser sensatos e parar com todo esse alarde por causa de um acontecimento isolado, todos sabemos que não é verdade que o mundo está completamente submerso em assassinatos psicóticos e cruéis.

11. Discurso Sujeito Coletivo L:

“Apoio às declarações e ao desabafo”.

A declaração da apresentadora Hebe Camargo traduz a revolta e sentimento do povo com o crime e a violência cometida pelo Monstro Xampinha e ao ver a frieza com a qual ele se comporta, demonstrando nenhum arrependimento.

Embora não seja "politicamente correta" a declaração exprime todo o sentimento de revolta que tomou conta da sociedade brasileira. A esmagadora maioria dos brasileiros se pudesse, castraria todos estes animais que participaram desta loucura que resultou na morte da menina Liana e de seu namorado.

É muito revoltante esta sensação de impunidade que assola o país. Tudo o que foi dito por Hebe nada mais é do que o pensamento da nação, matar aquele marginal não é correto, pensar nisso também não, mas a indignação leva a isso.

Ela simplesmente expôs o pensamento de todos os brasileiros, aliás, todos não, o nosso Ministro da Justiça não pensa assim, talvez ele não tenha filhos.

Na hora da raiva a maioria das pessoas perde o controle, ela não teria coragem de matá-lo, também não valeria a pena estragar a sua vida por causa dele. O que a apresentadora disse reflete o sentimento que nos envolve no momento em que a notícia chega. Há um sentimento de revolta em todos nós, não apenas em relação a isto, mas em relação a tudo o que vem ocorrendo nos dias de hoje. Talvez

porque a Hebe seja uma pessoa pública isso tenha tido uma grande repercussão, mas quem na hora de um desabafo, numa revolta já não disse que iria matar alguém?

É claro que seu comentário teve uma certa carga emocional a respeito do delinqüente, mas é revoltante sabermos que nada vai acontecer com este infeliz, daqui uns tempos estará livre de novo, o sentimento de dor e insegurança que toma conta de nossa população é muito grande.

Ela como uma pessoa pública desabafou no ar, da mesma forma que nós (pessoas não públicas) desabafamos no nosso local de trabalho, dizemos a que ponto a violência chegou, comentamos as barbáries ocorridas.

A Hebe falou emocionada pela tragédia que abalou a sociedade, como ficamos abalados também por outras tantas. Somente isso, desabafou. As pessoas devem ter liberdade para falar sobre o que quiser.

Ela falou isso como sendo um cidadão comum que ficou horrorizado com crime cometido, isso não deveria gerar tanto assunto como foi colocado aqui no UOL.

É preciso ter coragem para dizer a verdade de nossa revolta.

12. Discurso Sujeito Coletivo M:

“Contra a pena de morte”.

Por mais desumano que tenha sido o ato que o Xampinha cometeu, quem poderá julgar com certeza se ele tem ou não recuperação?

Estamos falando de gente, não de ratos, é claro que este menino está sendo bode expiatório dos maiores de idade que realmente cometeram o crime.

Ninguém tem o direito moral de condenar à morte nem o pior dos bandidos e caso a pena de morte seja instaurada, adivinha, quem morre? Serão muitos inocentes.

Nos países onde existe a pena de morte, os índices de crime não sofreram alterações reduzidas.

13. Discurso do Sujeito Coletivo N:

“As pessoas precisam se proteger”.

Uma grande parte da sociedade esta sendo hipocritamente inocente, pois acreditam em Deus sem acreditar no diabo. Os pais levam os filhos para passeatas do desarmamento sabendo que os bandidos não vão se desarmar. Os Xampinhas da vida vão sempre arrumar uma espingarda. O que os pais têm que fazer é preparar os filhos para a dura realidade da vida, ensinado-os a respeitar os direitos das

outras pessoas, serem corretos nos seus negócios, educados, mas também, se for preciso saber “ripar” pessoas como estes Xampinhas. Não sejamos hipócritas, pois os “Beira Mar” da vida estão ensinando os deles a matarem, é um crime um pai não ensinar um filho a usar e ter uma arma.

O casal mencionado teve a idéia brilhante de acampar em Embu Guaçu, a princípio já é como uma carta de suicídio. Conhecendo o mundo atual, a culpa por se meter na frente de uma faca é tão nossa quanto a culpa pela faca estar onde está. Eles estavam no lugar errado na hora errada, por que ir até um lugar daqueles? Por que mentir para os pais? O casal foi mais vítima da sua própria imprudência do que dos assassinos. Se eles não fossem até Xampinha, Xampinha jamais teria ido até eles.

14. Discurso Sujeito Coletivo O:

“Tratamento psicológico”.

Antes de se discutir o que fazer com um criminoso, a sociedade e o Estado deveriam se preocupar em como evitar novos crimes, a maioria dos homicídios hediondos é cometida por reincidentes e por motivos torpes. Matar não seria a solução, a solução é o tratamento eficaz desse mal que acompanha o homicídio, ou seja, sua personalidade.

15. Discurso Sujeito Coletivo P:

“Mais diálogo entre pais e filhos”.

Se a Liana e as meninas de uma maneira geral, tivessem mais liberdade de conversar com os pais a respeito de sua vida íntima, não precisaria ter mentido para poder viajar com o namorado ou talvez nem o faria.

Por que o Felipe falou a verdade dentro de casa e ela não? Será por causa do velho tabu na criação de meninos que podem tudo e meninas que podem fazer, desde que os pais não saibam?

A mentira que foi a origem de tudo, a sociedade brasileira tem que ter noção do que realmente aconteceu, erramos ao fingir que nossos filhos não têm vida sexual ativa, e se damos o direito a eles de terem nos achamos imorais, temos medo de nossos filhos se tornarem lascivos e mais uma vez ignoramos o quanto temos de guiá-los e prepará-los para o mundo.

Se analisarmos do outro lado, por que essa garota e seu namorado mentiram para seus pais? Porque alguma coisa estava errada, era proibido. Antes de praticarmos algo, devemos pensar se estamos agindo de maneira certa, nós somos seres humanos e esses jovens foram vítimas de algo que poderia ser evitado, mas que infelizmente não foi possível. Foi muito triste e chocante o que aconteceu, mas que essa abalável estória sirva de alerta para os demais jovens.

Anexo 2 – Programa Qualiquantisoft

O programa Qualiquantisoft é um software desenvolvido pela Sales e Paschoal Informática, em parceria com a Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Saúde Pública, na pessoa dos professores Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre, criadores da metodologia do DSC.

Enquanto software do DSC, destina-se a viabilizar pesquisas desenvolvidas com esta metodologia, tornando-as mais ágeis, mais práticas e aumentando, em muito, o alcance e a validade dos resultados.

Este “passo a passo” não esgota todas as possibilidades do programa, mas permite compreender e utilizar suas principais funções.

É recomendável que você “baixe o programa” (www.spi-net.com.br) na sua versão demonstração e siga, na tela e no texto, cada etapa deste “passo a passo”.

CADASTRANDO UMA NOVA PESQUISA

Iniciando, vamos supor que você já tenha todas as suas entrevistas gravadas e transcritas em um processador de texto tipo Word. Você deve agora arquivar os dados e os resultados da sua pesquisa no programa:

1. Para isso, o primeiro passo é cadastrar a sua pesquisa. Entrando no Qualiquantisoft, localize acima, à sua esquerda o item Cadastros e clique em Pesquisas. Aparecerá numa tela um quadro com dois campos: pesquisa e comentários.

2. Para iniciar a operação de inclusão da nova pesquisa, clique em Novo Registro (primeiro ícone à esquerda).

3. A seguir, preencha o primeiro campo com o nome da pesquisa (no nosso exemplo, escolhemos o nome TESTE ANA). Caso queira tecer algum comentário, preencha o quadro seguinte.

4. Terminada a inclusão, clique em Salvar (segundo ícone à esquerda), para que a inclusão fique permanentemente em seu cadastro.

CADASTRANDO OS GRUPOS DA NOVA PESQUISA

Após o cadastramento da pesquisa, deve ser feito o cadastramento dos Grupos, quando o pesquisador julgar necessário (em algumas pesquisas muito simples o pesquisador não considera necessário controlar variáveis; neste caso não será necessário cadastrar os grupos de pesquisa).

No Qualiquantisoft, há dois tipos de variáveis de cadastro: as fixas e as mutantes. Estas últimas são chamadas Grupos.

Os grupos são atributos ou qualidades presentes nos indivíduos pesquisados, que o pesquisador julga necessário selecionar para comparar depoimentos. No exemplo da pesquisa cadastrada “TESTE ANA”, o pesquisador deseja comparar discursos dos indivíduos pertencentes ao grupo amarelo com os pertencentes ao grupo azul.

O programa permite a inclusão de qualquer tipo, quantidade e combinação de atributos.

No Qualiquantisoft a comparação entre as respostas é feita através das Idéias Centrais ou Ancoragens.

Na técnica do DSC, com as Expressões Chave das Idéias Centrais ou Ancoragens semelhantes dos pesquisados, considerados genericamente, constroem-se os Discursos do Sujeito Coletivo; mas é também possível saber se os discursos dos pesquisados que têm Idéias Centrais ou Ancoragens semelhantes, mas que possuem atributos diferentes, apresentam idéias com matizes ou tonalidades distintas.

Assim, será possível verificar, por exemplo, se as Expressões Chave da Idéia Central ‘A’ do grupo amarelo dão ou não nascimento a um DSC diferente daquele composto com as Expressões Chave da mesma Idéia Central ‘A’ presente nos depoimentos do grupo azul.

Para os atributos já previstos na ficha de cadastro dos entrevistados o pesquisador não precisará criar grupos.

Para cadastrar os grupos que o pesquisador julgar necessários é preciso seguir os seguintes passos:

1. Com o programa aberto, vá até o botão Cadastros e localize o item Grupos/Entrevistados clicando sobre o mesmo.

2. Para iniciar a operação de inclusão de novos grupos, clique em Novo Registro (primeiro ícone à esquerda).

3. A seguir localize (com a utilização da barra de rolagem à direita) no primeiro campo, a pesquisa em pauta, já cadastrada, clicando sobre a mesma.

4. Localizada a pesquisa, passe para o segundo campo, descrição, preenchendo-o com o nome do grupo (no nosso exemplo: amarelos). Quando o pesquisador julgar necessário, preencha o campo Comentários (com as especificações correspondentes ao grupo que se julgar necessário).

5. Criado o primeiro grupo deve-se clicar sobre o ícone Salvar.

6. Para criar outro grupo (no nosso exemplo os azuis) o pesquisador deve clicar novamente sobre o ícone Novo Registro (primeiro ícone à esquerda).

7. A seguir, preencher o campo descrição com o nome do novo grupo e salvar.

Esta mesma seqüência deve ser repetida para a inclusão de todos os grupos que o pesquisador julgar pertinente para a sua pesquisa.

ARQUIVANDO UMA PESQUISA JÁ CADASTRADA

Para arquivar a pesquisa que você acabou de cadastrar alguns passos devem ser seguidos:

1. O primeiro consiste em localizar no programa a pesquisa cadastrada. Para tanto, entre no programa e clique no botão Análises. Em seguida clique em IAD1. Surgirá uma nova tela. Procure o ícone Novo Registro (primeiro botão à esquerda) clicando sobre o mesmo, pois se trata de uma nova operação. A seguir, utilize a barra de rolagem à direita do campo Pesquisa e procure a pesquisa desejada, já cadastrada (no exemplo citado “teste Ana”) e clique nela.

2. O segundo passo consiste em digitar a primeira pergunta da pesquisa. Digite a pergunta, mas não a numere, pois o programa já numera automaticamente suas perguntas. Digitada a pergunta você: “confirma a inclusão da nova pergunta” clicando o botão “enter”.

3. Os terceiro e quarto passos consistem em arquivar os dados do entrevistado bem como a resposta à questão. Serão dois passos ao mesmo tempo porque o programa armazena na mesma operação dados do cadastro e a resposta dada pelo sujeito em pauta.

3.1 Para armazenar dados de cadastro digite o nome do entrevistado; em seguida, confirme, sucessivamente, a inclusão do entrevistado e “aceite” incluir dados complementares do entrevistado, dando “enter” no teclado.

Como, por questões éticas, o nome do entrevistado não deve aparecer, você deve encontrar uma solução para nomear este entrevistado que permita, com facilidade, associar o entrevistado à pesquisa bem como identificá-lo individualmente. Por exemplo, se a sua pesquisa for sobre tabagismo entre adolescentes o seu primeiro entrevistado pode ser, por exemplo, TABADOL1.

3.2 Você está agora na folha de cadastro dos entrevistados. Para cadastrar os dados que você julgar necessários, basta ir com o cursor até o espaço correspondente e/ou digitar a informação.

3.3 Caso você queira acrescentar dados do Grupo (que você já cadastrou anteriormente) vá com o cursor até grupos e clique. Vai aparecer uma tela com os seguintes itens: Entrevistado, Pesquisa, Grupos Disponíveis e Grupos Selecionados. Você deve então selecionar na tela dos “Grupos Disponíveis”, aquele(s) atributos (no exemplo, “amarelo” e “azul”) que você deseja associar ao seu entrevistado. Vá com o

cursor até a o grupo selecionado e, com a setinha voltada para a direita, desloque o atributo selecionado do “Grupos Disponíveis” para “Grupos Selecionados”.

3.4 Em seguida, grave e clique no ícone Retorna IAD1.

O cadastro dos entrevistados de uma pesquisa é feito só uma vez, ou seja, na primeira pergunta da pesquisa (caso, é claro, a pesquisa tenha mais de uma pergunta). Na segunda pergunta, o entrevistado não precisa mais ser cadastrado, ele é simplesmente localizado através da setinha preta à direita, no espaço reservado ao entrevistado.

Na tela do Cadastro, abaixo, ao centro você encontra o botão “Pesquisas”. Clicando nele você acessa a tela Pesquisas Relacionadas, que permite, se for o caso, associar o entrevistado, com suas características, a outra pesquisa além daquela em que ele já está associado. Para isso basta clicar na Pesquisa Disponível e, em seguida, Adicionar. Isto feito, grave e saia.

Nota: esta função é pouco usada e não está disponível em todas as versões do Qualiquantisoft.

4. O próximo passo agora é arquivar a Resposta.

Para isso você tem duas alternativas. A primeira consiste em digitar a resposta diretamente da fita em que você gravou suas entrevistas.

Na segunda alternativa, mais cômoda, você copia para dentro do programa a resposta que você já transcreveu de uma fita e digitou em seu processador de texto. Você pode copiar a resposta digitada usando a tecla “ctrl” seguida da tecla “c” ou usar o lado direito do Mouse. Para inserir as respostas no Qualiquantisoft, basta ir até o espaço da Resposta e inserir o texto copiado, usando a tecla “ctrl” seguida da tecla “v” e Salvar. No momento em que estiver salvo, imediatamente os três primeiros campos da tela (pesquisa, pergunta e entrevistado) ficarão com a cor amarela.

Para arquivar a próxima Resposta, basta ir até o primeiro botão à esquerda, Novo Registro e clicar. Quando aparecer a mensagem: “Deseja manter a resposta” você deve responder Não (para a alternativa Sim, ver mais adiante). A seguir, deve-se manter todos os passos que forma descritos para a inclusão do primeiro sujeito e assim sucessivamente, para os demais sujeitos a serem incluídos.

Está terminada a parte de arquivo da pesquisa que não implica, propriamente, em processamento dos dados ou em análise dos depoimentos.

A pesquisa, os grupos e o entrevistado você arquiva apenas uma vez mas em relação à Pergunta e a Resposta (quanto ao processamento veremos mais adiante) você deve fazer isso para cada pergunta e para cada resposta. Ou seja, se a sua pesquisa tiver 50 entrevistados e três perguntas você deve, em tese, ter que arquivar, no mínimo, 150 respostas.

Agora você deve entrar na parte propriamente de processamento dos dados.

PROCESSANDO OS DADOS DE UMA PESQUISA

Nesta etapa, na mesma tela do IAD1, na qual você arquivou a pesquisa, os entrevistados e as respostas, o primeiro passo da etapa de processamento consiste em copiar, uma por uma, as respostas de cada pergunta para o(s) espaço(s) das Expressões Chave das Idéias Centrais e/ou das Ancoragens.

SELECIONANDO AS EXPRESSÕES CHAVE

Vamos supor (e isso acontece, de fato, a maior parte do tempo) que você queira trabalhar inicialmente só com as Expressões Chave das Idéias Centrais.

4.1. Para isso vá com o cursor até o terceiro botão (amarelo) à direita: Copiar e clique nele. A resposta (que está no espaço branco) é então copiada (para o espaço verde).

A sua tarefa agora é selecionar, do material copiado, as Expressões Chave. Isto pode ser feito simplesmente apagando pedaços de texto, como se você estivesse num processador.

A seleção das Expressões Chave é uma parte significativa na construção do DSC, pois os Discursos do Sujeito Coletivo, isto é, os resultados finais, são construídos com este material das Expressões Chave selecionadas.

Selecionar as Expressões Chave significa “limpar” os depoimentos do material não significativo, de modo que sobrem apenas aqueles segmentos de texto que são os mais relevantes para a tarefa de descrever o conteúdo da(s) idéia(s) ou argumento(s) presente(s) nas respostas.

Obviamente, não existem regras a serem seguidas para esta seleção; às vezes os depoimentos são curtos e sintéticos; aí, na maioria das vezes, é necessário selecionar todo ou quase todo o material do depoimento; quando os depoimentos são longos, quase sempre se decide selecionar apenas alguns trechos mais significativos.

O mais importante na seleção, mais uma vez, é lembrar que é com o material selecionado que vão ser confeccionados os Discursos do Sujeito Coletivo.

Vale neste momento acrescentar algo que é fundamental na metodologia do DSC: o indivíduo pode, em relação a cada pergunta de uma pesquisa, ter uma ou mais de uma Idéia Central/Ancoragem. O pesquisador precisa estar atento para decidir se num dado depoimento em que o indivíduo se estende na resposta estão presentes mais de uma idéia ou se trata de diferentes conteúdos ou argumentos da mesma idéia.

No caso do indivíduo apresentar mais de uma Idéia Central no mesmo discurso:

4.2. Você deve ir com o cursor até o ícone à Novo Registro e clicar nele. Vai aparecer a mensagem: “Deseja manter a resposta?”

4.3. Você deve responder Sim. Neste caso o programa vai manter a resposta e você vai adotar o mesmo procedimento para selecionar as Expressões Chave; só que você vai editar ou selecionar, no espaço verde, apenas aquelas Expressões Chave relativas à (outra) Idéia Central.

Como você pode observar, quando há mais de uma Idéia Central (ou Ancoragem) num mesmo depoimento você deve tratar as partes deste depoimento em que estão presentes idéias diferentes como um depoimento independente. O programa considera, neste caso, um mesmo indivíduo como portador de mais de um depoimento.

4.4. Quando você passa da resposta de um indivíduo para a resposta de outro, você deve procurar na barra de ferramentas a seta (una) voltada para a direita e repetir os passos anteriores. (Observe que o programa apresenta 4 setas: as setas unas avançam uma casa para frente ou para trás; a seta dupla voltada para a esquerda levará você para o primeiro entrevistado da pesquisa e a seta dupla a direita para o último entrevistado da pesquisa).

4.5. Caso sua pesquisa tenha mais de uma pergunta, quando você tiver terminado de arquivar todas as respostas que seus entrevistados deram à primeira pergunta você pode passar para a segunda pergunta. Para fazer isso, basta ir até o

botão Novo Registro, responder Não à pergunta se você deseja manter a resposta, ir com o cursor até o espaço da Pergunta, digitar a Nova Pergunta e confirmar a inclusão da Nova Pergunta.

Você vai observar que, a partir da segunda pergunta, não vai mais precisar arquivar o entrevistado, que já se encontra arquivado no programa. Basta selecioná-lo no campo Entrevistado e a seguir copiar a resposta proferida pelo mesmo à essa nova pergunta. A seguir localize o ícone Salvar e clique nele.

Para arquivar as Expressões Chave das respostas da segunda pergunta, use o mesmo procedimento utilizado na primeira.

DESCREVER AS IDÉIAS CENTRAIS

Esta é uma das tarefas mais significativas e difíceis da pesquisa que usa o DSC; deve ser realizada com todo o cuidado.

Descrever ou identificar as Idéias Centrais de uma resposta vai custar tempo e esforço mental do pesquisador e o software ou qualquer outro recurso de informática não é muito útil neste momento, já que se trata de uma operação basicamente intelectual ou cognitiva.

A tarefa é identificar e descrever qual o sentido da resposta dada pelo indivíduo, que idéia ou idéias ela expressa.

Isto deve ser feito de modo a respeitar escrupulosamente o conteúdo da resposta dada, buscando sempre descrever seu ou seus sentidos sem ou com o mínimo possível de interpretação.

Além disso, a Idéia Central deve ser redigida na forma mais sintética possível.

Do ponto de vista do programa, para gravar a Idéia Central você só precisa redigi-la no espaço correspondente e salvar.

Caso o mesmo depoimento tenha mais de uma Idéia Central, você deve digitar, antes da Idéia Central, entre parênteses: (1ª Idéia) ou (2ª Idéia), etc. Tal procedimento vai ajudar na organização posterior do trabalho.

DESCREVER AS ANCORAGENS

Do ponto de vista do Qualiquantisoft, tudo o que foi feito com as Expressões Chave da Idéia Central e com a própria Idéia Central deve, quando for o caso, ser feito com as Expressões Chave da Ancoragem e com a própria Ancoragem.

Para copiar os extratos dos depoimentos referentes às Expressões Chave da Ancoragem, você deve clicar no quinto botão (azul) Copiar, do IAD1.

Observação: os botões brancos Apagar e Copiar são usados (raramente) apenas quando se deseja copiar, de uma só vez, os depoimentos para o espaço Verde das Idéias Centrais e para o Negro das Ancoragens.

A Ancoragem está presente numa pesquisa quando, de modo explícito e inquestionável, o depoente usa uma afirmação genérica (por exemplo, “médico que é medico tem que examinar o paciente” ou “é um político mas é honesto”) para enquadrar ou justificar ou explicar uma situação particular (nos exemplos acima, sua opinião sobre os médicos e sobre os políticos).

Assim, na técnica do DSC só se considera que existe uma Ancoragem quando, como nos exemplos acima, ela está claramente presente no depoimento. Muitos depoimentos apresentam ou sugerem valores implícitos, mas quando isto não está suficientemente claro nestes depoimentos não consideramos que existe uma Ancoragem.

Portanto, a Ancoragem difere da Idéia Central em vários aspectos:

- Todo depoimento apresenta alguma Idéia Central, mas nem todo depoimento apresenta uma Ancoragem.
- A Idéia Central descreve o sentido do depoimento a Ancoragem descreve o sentido dos valores embutidos ou pressupostos no depoimento.

- A Ancoragem deve sempre ser redigida no positivo.

Mais uma vez, vale mencionar: algumas pesquisas podem não apresentar Ancoragem; por isso resgatar a Ancoragem não é um passo obrigatório na metodologia do DSC.

Por outro lado, a Ancoragem apresenta os mesmos característicos da Idéia Central: tem uma Expressão Chave que é a parte significativa do conteúdo do depoimento onde está presente a Ancoragem, tem uma Ancoragem propriamente dita que é uma identificação sintética do valor (nos exemplos acima: um verdadeiro médico examina o paciente e os políticos, de um modo geral, são desonestos) e tem Discursos do Sujeito Coletivo, compostos com os conteúdos de Ancoragens que apresentam o mesmo valor.

CATEGORIZANDO

Categorizar, na metodologia do DSC, é uma tarefa imprescindível e fundamental, que significa reunir as Idéias Centrais/Ancoragens semelhantes.

É uma tarefa intelectual difícil, também impossível de ser feita automaticamente, usando recursos da informática.

Para facilitar esta tarefa, você pode usar um recurso do Qualiquantisoft, que é a tela das Idéias Centrais/Ancoragens Associadas.

Assim depois de ter selecionado as Idéias Centrais e/ou Ancoragens de todas as respostas de todas as perguntas, trabalhando pergunta por pergunta (trabalhar deste modo não é obrigatório, mas é mais cômodo), para Categorizar vá até o botão Categoria (o amarelo no caso das Idéias Centras e o azul no caso das Ancoragens).

Você vai acessar a tela da Categorização. Nela, clique inicialmente nos botões Idéias Centrais ou Ancoragens Associadas. Você vai acessar uma nova tela: Idéias Centrais ou Ancoragens Associadas. Esta tela facilita muito a tarefa de categorização uma vez que apresenta uma lista de todas as Idéias Centrais ou Ancoragens.

Você pode trabalhar na própria tela ou copiar o conteúdo dela (control C) para um processador de texto e imprimir. Com esta lista você categoriza muito mais facilmente.

Para categorizar você deve, inicialmente, associar a cada Idéia Central/Ancoragem semelhante a mesma letra (A, B, C etc.). Depois de fazer isso (esta é uma tarefa difícil, por isso é muito freqüente que ela seja feita e depois refeita e corrigida) e certificar-se que o nome da Categoria é o melhor e cada Idéia Central ou Ancoragem está adequadamente classificada, você pode passar isso para o programa.

Para isso, você deve entrar na tela da Categoria (das Idéias Centrais ou Ancoragens) clicando nos botões amarelos ou azuis da Categoria. Estando nesta tela,

você deve ir a Novo Registro e clicar. Vai aparecer uma letra (A, B, C etc.). No espaço ao lado você deve digitar o nome da Categoria (Idéia Central Síntese) e salvar. Repita o processo para todas as categorias (Idéias Centrais Síntese) que você encontrou nas suas respostas.

Em seguida, usando a setinha de retorno, volte à tela do IAD1 para categorizar cada resposta isoladamente.

Para isso, para cada resposta, vá com o cursor até o botão (o amarelo e/ou o azul) Categoria. Você vai entrar de novo na tela da Categoria. Ai você escolhe, no espaço onde o cursor está piscando, a categoria (A. B etc.) na qual esta resposta se enquadra e clica no botão Categorizar a Expressão Chave.

Para continuar o processo, volte ao IAD1 usando a setinha de retorno e repita o processo. Depois de categorizar não esqueça de Salvar.

Você pode, é claro, corrigir suas escolhas e mudar o nome da Categoria. Para isso, basta clicar o novo nome sobre o antigo e salvar. Você pode também refazer a escolha, mudando, por exemplo, uma resposta que você havia categorizado como A para B. Para isso basta ir até botão Categoria, entrar na tela da Categorização, escolher a categoria B, ir até o botão Categorizar a Expressão Chave e, finalmente, salvar a nova escolha.

TELA DO IAD2

O IAD2 é a tela onde você deve construir o Discurso do Sujeito Coletivo.

Ao acessar a tela você escolhe, Idéia Central ou Ancoragem, a Pesquisa e a Pergunta. Em seguida, vá até o Ícone Novo Registro, clique nele (não esqueça de fazer isso, pois se você não fizer o programa não registra o DSC) e depois em Categoria (escolha a Categoria).

Nesta hora, o programa copia automaticamente as Expressões Chave das respostas correspondentes a esta Categoria.

Você deve copiar, usando o botão Copiar à direita, para o espaço do Discurso do Sujeito Coletivo.

Ai você tem duas alternativas. Ou edita o DSC neste espaço ou copia os dados (usando control C) para o seu processador de texto e edita ai o DSC; depois (usando control V) copia o resultado editado no processador de texto para dentro do Qualiquantisoft.

CONSTRUINDO O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Para construir os Discursos do Sujeito Coletivo você vai precisar juntar todas as Expressões Chave de diferentes depoimentos^{1[12]} que tem a mesma Categoria (referente à Idéia Central ou à Ancoragem) e produzir, com estas Expressões, discursos como se estes discursos fossem de uma só pessoa.

Para produzir tal discurso o fundamental é, de fato, imaginar que este discurso possa ser validamente emitido por uma pessoa real. O Sujeito Coletivo é como se fosse uma pessoa real falando, tendo esta fala como conteúdo o pensamento coletivo.

Por isso esta fala não pode ter como sujeito alguém com idades diferentes, sexo diferente, ou outras características particulares diferentes.

Assim, por exemplo, se um Discurso do Sujeito Coletivo tiver de ser composto (o que em geral acontece) com Expressões Chave pertencentes a respostas de mulheres e homens você deve escolher um sexo para o Sujeito Coletivo; da mesma forma você deve omitir detalhes muito individuais (cidade de onde veio o depoente, etc.). Busque, porém, guiado pelo bom senso, enriquecer a fala do Sujeito Coletivo, sem inchá-la demasiadamente. Lembre-se sempre, contudo, que ela deve ser coerente e se parecer, em tudo, com um depoimento individual.

Caso você tenha escolhido bem as Expressões Chave, tenha denominado adequadamente as Idéias Centrais ou Ancoragens e as categorizado com justeza, a

^{1[12]} Pode acontecer que o Discurso do Sujeito Coletivo seja composto com as Expressões Chave de um só depoimento.

tarrafa de compor o Discurso do Sujeito Coletivo vai parecer fácil. Quando você achar que com suas Expressões Chaves não está conseguindo compor um Discurso coerente, muito provavelmente você deve ter que rever suas Idéias Centrais, ou Ancoragens, ou Categorias.

Lembre-se, finalmente, que você pode e deve editar as Expressões Chaves para compor o DSC, mas que nesta edição, nunca deve alterar o sentido original das falas.

Vale observar que supressões dos conteúdos individuais das respostas não mudam em nada o sentido da fala do Sujeito Coletivo, que é o que importa resgatar.

Observação importante: para cada pergunta há tantos Discursos do Sujeito Coletivo quantas Categorias de Idéia Central e/ou Ancoragem diferentes existirem. Pode acontecer (mas muito raramente) que todas as respostas de uma questão possam ser agregadas em apenas uma Categoria de Idéia Central e/ou Ancoragem.

COMPONDO UM DSC USANDO VARIAÇÕES

Na metodologia do DSC podemos ter como resultado DSCs genéricos, que se referem ao conjunto da população analisada e DSCs que podem ser decompostos tendo por base atributos específicos de sub grupos da população.

Estes DSCs de sub grupos são compostos usando a função Variações do Qualiquantiso.

Para isso, com a tela do IAD2 preenchida, vá até o botão Variações, no alto à direita e clique nele. Você vai ter acesso a uma nova tela. Nesta, você pode preencher os dados do Cadastro Geral e/ou dos Grupos Disponíveis. Para isso, vá até o espaço dos Filtros, no meio à esquerda e clique nele. Se você cadastrou grupos, neste momento, os nomes dos atributos dos grupos vão aparecer no quadro Grupos Disponíveis.

Assim, se, por exemplo, você deseja compor um DSC levando de um determinado sexo, uma faixa etária e um dos atributos dos grupos disponíveis, você pode “filtrar” as Expressões Chaves dos indivíduos que satisfazem estas condições. Basta, para isso, clicar inicialmente no ícone Novo Registro, em seguida no espaço dos Filtros e depois nos espaços correspondentes das variáveis de cadastro. Para ativar um dos atributos dos Grupos Disponíveis basta deslocá-lo do Grupo Disponível para o Grupo Selecionado, usando a(s) setinha(s).

Selecionadas as variáveis que você deseja, vá até o botão Discurso do Sujeito Coletivo, em baixo, à direita. Ele dá acesso a uma nova tela; nela você deve copiar as Expressões Chave do quadro de cima para o quadro de baixo usando o botão Copiar. Confeccione aí (ou copie para o seu processador de texto) o DSC do sub grupo. Em seguida, Volte e Salve (segundo botão no alto à direita), na outra tela, toda a tarefa.

EXPORTANDO E IMPORTANDO UMA PESQUISA

O programa tem uma facilidade que permite que você exporte e importe parte ou toda uma pesquisa. Desta forma, vários pesquisadores poderão, ao mesmo tempo, trabalhar numa mesma pesquisa, cada um fazendo uma parte dela (uma pergunta, por exemplo).

Para isso deve-se lançar mão do recurso Exportar e Importar do programa.

Para Exportar, com programa aberto vá até o botão Ferramentas e nele entre em Exportar/Importar. Nesta tela, escolha Exportação e, sem seguida Pesquisa; vá com o cursor até a barra de rolagem na seta à direita e clicando nela escolha uma pesquisa. Caso necessite escolher uma Pergunta, faça o mesmo com o item Pergunta, abaixo. Caso você queira Exportar uma pesquisa inteira não é necessário ir até Pergunta.

Em seguida, clique em Avançar. Você vai acessar uma tela. Nela, você escolhe em que arquivo quer copiar sua pesquisa; não esqueça de dar um nome para a sua pesquisa (que pode ser, é claro, o mesmo nome da pesquisa) e em seguida, salve. O arquivo salvo tem a extensão .mdb.

Para Importar, o processo é semelhante. Você tem apenas que clicar em Avançar e localizar onde está gravado a pesquisa (extensão .mdb) que você quer abrir/ importar.

Quando a Exportação/Importação é bem sucedida, aparece na tela um quadro com o resumo do material exportado/importado.

CADASTROS E RELATÓRIOS

O botão Cadastro permite que você acesse todos os cadastros de Grupos, Pesquisas etc. que você arquivou. Basta clicar no item correspondente que você terá acesso aos respectivos quadros de cadastro. Neles, você pode navegar usando os vários recursos do Programa, sobretudo Ações (no alto à esquerda) e Visualizar (o quarto ícone em forma de rede) na barra de ferramentas.

A facilidade Relatórios permite que você tenha acesso a vários resultados da sua pesquisa. Para navegar neste campo e obter os resultados você deve fazer suas opções e clicar no botão Imprimir, que dá acesso aos relatórios. Nesta tela, você pode imprimir e exportar seus resultados para outros programas.